



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0774/15	DATA: 08/06/2015	
LOCAL: CIAME Flamengo - Belo Horizonte-MG	INÍCIO: 10h23min	TÉRMINO: 13h36min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FLÁVIO RENEGADO - Cantor de *rapper*.
EVANDRO MC - Coordenador da Campanha Amor ao Alto Vera Cruz.
ANDRÉ LUIZ GOMES LÚCIO - Líder Comunitário.
WARLEY FERNANDO - Líder Comunitário.
FRANCISLEI HENRIQUE SANTOS - Presidente da Central Única das Favelas — CUFA.
HUGO PIREZ - Representante do Projeto Papo Reto.
CRISTIANO OLIVEIRA - Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
NILMÁRIO MIRANDA - Secretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais.
NÍVEA MÔNICA SILVA - Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
JÚLIO CÉZAR PEREIRA SOUZA - Presidente da Associação dos Moradores do Alto Vera Cruz.
IVAN MATEUS DUTRA - Líder Comunitário.
MIRIAM ALVES - Representante do Movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.
MARIA DO CARMO - Líder Comunitária, mãe de vítima de violência.
AMÁLIA COELHO DE SOUZA - Representante do Fórum Popular da Juventude.
Priscila Tomás - Líder Comunitária.

SUMÁRIO

Debate sobre causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Grafias não confirmadas: Anelise Silva; Katylin; Ismare.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas!

Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

No dia 30 de março, foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, que requer a realização de audiências em todos os Estados brasileiros.

Primeiro, quero registrar a presença de várias autoridades.

Nós vamos compor a Mesa, mas o ideal de hoje é ouvir as lideranças da comunidade.

Eu quero convidar para compor a Mesa a Relatora da CPI, Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro (*pausa*); o Sr. Nilmário Miranda, Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (*palmas*); o Deputado Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que nos ajudou a organizar esta audiência pública (*palmas*).

Agradecemos a presença aos Deputados Delegado Edson Moreira, Parlamentar atuante nesta CPI, Luiz Couto, do PT da Paraíba, companheiro experiente e militante em direitos humanos, e Zé Silva, do Solidariedade, que tem grande atuação em nossa CPI.

Quero convidar para compor a Mesa Hugo Pirez, do Projeto Papo Reto (*palmas*); Evandro MC, coordenador da campanha Amor ao Alto Vera Cruz (*palmas*); Flávio Renegado, *rapper* (*palmas*); Warley Fernando, líder comunitário (*palmas*); André Luiz Gomes Lúcio, líder comunitário que trabalha com jovens envolvidos em criminalidade há 10 anos (*Palmas.*)

Quero convidar também a Dra. Nívia Mônica, Promotora de Justiça, para compor a Mesa com a gente. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer a abertura e, depois, abrir para o plenário. Todos vão poder falar. Mas eu quero, antes, registrar a presença de várias lideranças que estão aqui



conosco. Quero agradecer a entidade que nos acolhe, na pessoa da sua Presidente, Ismare Vieira da Silva. Muito obrigado. Quero também agradecer ao Francis, Presidente da CUFA — Central Única das Favelas.

Registro as presenças: do Vereador Arnaldo Godoy, que tem trabalhado na Câmara Municipal de Belo Horizonte e fez um ato de lançamento lá na Comissão Especial; do Vereador Juninho Paim; da Sra. Fátima, da Políticas Sociais da Regional Leste; do Sr. Júlio César Pereira, Presidente da Associação dos Moradores do Alto Vera Cruz; da Sra. Cleide Hilda, Subsecretária de Igualdade Racial do Governo Fernando Pimentel; da nossa Relatora, Rosangela Gomes; da Sra. Áurea Carolina, Subsecretária de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Participação; e do Sr. Miguel Ângelo, Subsecretário de Juventude. Obrigado pelas presenças.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, informo que, na parte da tarde, às 13h30min, nós vamos fazer uma audiência na Assembleia Legislativa. Primeiro, eu quero dizer que a nossa CPI, depois de percorrer vários Estados — e estamos na 24ª audiência pública —, tem como objetivo, em Minas Gerais, Nilmário Miranda, fazer um levantamento sobre homicídios.

Nós temos, de acordo com o Mapa da Violência, uma taxa de quase 48, ou seja, de 47,8 homicídios de jovens para cada 100 mil habitantes e, no total da população, 22 para cada 100 mil. Do ponto de vista do total da população, nós estamos abaixo da média nacional. Lá na CPI, nós convocamos os seis Estados com os maiores indicadores e os seis Estados com os menores indicadores. Minas Gerais está entre os seis com menores indicadores, do ponto de vista de homicídio da população em geral, mas está acima da média nacional, o que é estarrecedor, do ponto de vista de homicídios de jovens negros e pobres: aproximadamente 48 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Só para a comunidade ter como referência, a própria ONU compreende que acima de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes é uma guerra civil. Então, os indicadores no Brasil são estarrecedores, são absurdos. A Europa toda tem um indicador de 5 homicídios para cada 100 mil habitantes. No Brasil, em alguns Estados, se a gente olhar só o indicador de homicídios em relação à população branca, nós estamos dentro dos indicadores dos países civilizados, vamos dizer



assim. O que eleva hoje muito os indicadores de homicídios no Brasil é a violência em relação aos nossos jovens negros e pobres.

Então, a CPI tem perguntado por que se naturalizou tanto a morte dos nossos jovens negros e pobres no Brasil, por que existe tanto silêncio na sociedade brasileira em relação a esse debate — esse debate que tem pouca visibilidade. Agora que a CPI está trabalhando, agora que a Secretaria Nacional de Juventude conseguiu publicar o Mapa da Violência, publicaram também o Mapa do Encarceramento no País.

Então, a luta é para a gente também dar visibilidade, e, a partir desse debate com a sociedade, a CPI quer apresentar um conjunto de proposições, do ponto de vista legislativo, que é o nosso papel, a nossa tarefa — não é, Deputada Rosângela? Estão aqui os Deputados Luiz Couto, Delegado Edson Moreira, Zé Silva, Cristiano. Quero cumprimentar o Deputado Eros Biondini, que acabou de chegar, e agradecer a presença.

Nós queremos também apresentar algumas indicações ao Poder Executivo, ao término da nossa CPI. E um dos encaminhamentos que nós estamos discutindo é que o sistema de segurança pública no Brasil hoje é um sistema, do ponto de vista constitucional, de responsabilidade dos Estados. E nós entendemos que isso tem que ser de responsabilidade de toda a sociedade brasileira. Os Municípios participam pouco, a União quase nada. Então, nós entendemos que precisamos de um novo modelo federativo sobre segurança pública.

Agora, mais do que um novo modelo federativo de segurança pública, nós entendemos que a população brasileira tem que participar desse debate. A população tem que se envolver nesse debate. Todos os outros temas são de domínio da sociedade brasileira — o tema educação, o tema saúde, o tema assistência social, o tema esporte, cultura —, mas o tema segurança pública ficou muito reservado às pessoas que trabalham com ele. E a sociedade não tem participado da elaboração, da concepção.

Então, uma das propostas também é que a gente possa, alterando a Constituição, constitucionalizar a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e da União de elaborar democraticamente as suas estratégias sobre segurança pública. Tem que ter conceito de segurança pública nos Municípios, nos Estados, na União,



ter conferências. O Governo Federal fez uma conferência, mas, depois, também, não avançou mais. Então, nós precisamos fazer isso, no sentido de democratizar esse debate.

A iniciativa de estarmos aqui hoje é neste sentido: visitar comunidades, ouvir lideranças locais, para que nós, esse conjunto de Deputados, possamos, de fato, apresentar algumas proposições, alguns encaminhamentos.

Também nós estamos convencidos — e o Governo Federal já construiu um grupo de trabalho — de que é preciso criar um plano nacional de enfrentamento aos homicídios no Brasil. Nós temos até questionado que, *a priori*, o desenho não era para ter um foco, do ponto de vista de qual população seria priorizada nesse plano de enfrentamento. E nós entendemos que, a partir das estatísticas, um plano nacional tem que considerar a questão racial, tem que considerar a questão da idade, tem que considerar a questão de gênero, porque 93% dos homicídios no País são de homens e 80% são de negros e pobres. Então, nesse sentido, a CPI trabalha para construir um plano para os próximos 10 anos, que não seja só do Governo, mas do Estado brasileiro. Nós queremos apresentar as metas.

Agora, não é do ponto de vista só de redução. Para ter redução no País, nós precisamos ter um conjunto de ações preventivas no rumo das que do Plano Juventude Viva, do Governo da Presidenta Dilma, apresentou em 2011. Mas, infelizmente, o grande resultado do Plano Juventude foi a construção de um diagnóstico, uma estatística. Do ponto de vista das ações preventivas, das ações finalísticas mesmo, das políticas dos onze Ministérios, ainda não se obteve o resultado necessário. Por isso, há um debate dentro do Governo para se fazer um redesenho do Juventude Viva. E nós queremos trazer o Juventude Viva para dentro do plano nacional, nas ações preventivas.

Agora, é evidente que isso requer muitas mudanças. Na questão das ouvidorias, das corregedorias, no IML, nas perícias, um conjunto de proposições será necessário. Mas o centro do debate é que a CPI possa apresentar essa nova emenda à Constituição, para esse novo sistema federativo. E eu diria mais do que federativo — viu, Dra. Nívia —, republicano. Nós achamos que temos que envolver todos os Poderes — todos os Poderes juntos — e também queremos, de fato,



constitucionalizar a responsabilidade para que os Estados e os Municípios também apresentem seus planos estratégicos.

Então, Deputado Cristiano Silveira, a ideia é que a Assembleia Legislativa — nós vamos falar isso hoje lá à tarde — possa também constituir uma Comissão para estudar um plano para o Estado. Até porque, se a nossa tese for vitoriosa, do ponto de vista da emenda na Constituição e da responsabilidade dos Estados e dos Municípios, inclusive da União, eles terão um prazo para fazer seus planos estratégicos.

O que nós defendemos é que o Brasil tem que ter um plano ousado. Tem-se discutido por dentro do Governo uma redução de 20% no PPA. Nós achamos isso muito tímido — 20%. Se a gente reduzir a letalidade promovida pelos agentes de segurança pública de Estado, nós já reduzimos 20% automaticamente.

Então, nós precisamos, de fato, de algo mais ousado. Eu acho que, para os próximos 10 anos, o Brasil tem que entrar nas taxas de países civilizados, que é de um dígito, o que seria na casa de 8 ou 9 para cada 100 mil. O ideal é zero, não é? Mas é evidente que não podemos conviver com a casa de 60 homicídios, em oito Estados acima de 100 e, em algumas cidades, chegando até 400 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Isso é só para, em linha geral, mostrar um pouco o que a CPI está pensando de encaminhamento. Então é isto: uma emenda à Constituição; um novo sistema federativo de segurança pública — mais do que um sistema federativo, um pacto republicano com todos os Poderes.

Nós vamos ter uma reunião de trabalho com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e com o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot. Nós queremos um pacto com todos os Poderes e constituir esses planos estratégicos de 10 anos, esses planos nacionais decenais para o Brasil, para os Estados e para os Municípios, com dois focos: um pacto para redução, e outro na linha da prevenção, porque aí nós vamos desenhar um conjunto de políticas afirmativas.

E é importante dizer que as políticas afirmativas já têm resultados importantes. Na questão da comunidade universitária, nós saímos de 2% de jovens negros nas universidades, de 18 a 24 anos, para 10,8% de jovens negros nas



universidades federais no Brasil. Então, é evidente que nós vamos ter que aperfeiçoar as políticas afirmativas dentro deste plano estratégico.

Então, nós defendemos um plano que seja por território, que leve em consideração a questão racial e de gênero, focada em alguns Municípios brasileiros.

Eu vou passar a palavra, para uma breve saudação, aos companheiros da Mesa.

Antes, porém, vamos passar a palavra à comunidade.

Com a palavra o *rapper* Flávio Renegado.

O SR. FLÁVIO RENEGADO - Bom dia a todos. Eu estou feliz aqui. Eu posso falar até, Reginaldo, que a gente começa hoje a travar uma nova discussão sobre a questão da violência dentro das comunidades aqui. Hoje, o Estado começa a ter essa interseção aqui dentro, por outras forças. Apesar de que, quando a gente chegou hoje de manhã, a gente ainda viu a presença ostensiva da Polícia Militar ali, acho que desnecessariamente. Realmente, acho que ela assustou um pouco a participação dos jovens, que eram nossos principais agentes para estarem aqui falando, nos representando e trocando essa ideia também. Mas isso só vem provar que o primeiro braço do Estado que chegou dentro das comunidades foi a da Polícia Militar e chegou de forma não muito legal. Quando a gente vê, sente medo até de chegar e se aproximar. E quando a gente vê esse tipo de política de ação acontecendo, a gente começa a fazer reflexão de que a gente tem que trazer outros agentes do Estado para poder dialogar com as comunidades e poder fazer parte desse dia a dia do diálogo aqui também.

Bom, achei bem legal ser aqui no CIAME, um lugar que tive oportunidade de frequentar na minha infância e adolescência também. O Leo, que está ali, foi meu mestre de capoeira — salve, Leo! Acho que ele foi um dos grandes responsáveis por alguns sentimentos que eu aprendi a ter, como disciplina, horário... São coisas que, no momento da formação humana, fazem bastante peso para a gente poder entender como são legais as ações que a gente precisa ter, para valorizar a disciplina mesmo e coisas que são de convívio social e que a gente precisa ter nesse âmbito.

Infelizmente, como a gente vê, o Estado atua não da forma como deveria atuar, com ações de inclusão social, mas, sim, com reparações, vamos dizer, tampa



buracos, para discutir coisas que são anteriores a este momento. Depois do término da escravidão, a gente não teve nenhuma ação, nenhuma medida que, de fato, pudesse fazer essa reparação de danos com a população negra. E a gente continuou sofrendo esse descaso ao longo dos tempos. Hoje a gente tem esse relato e começa a fazer a análise dessa mortalidade, que nada mais é do que reflexo da falta de ações e medidas que deviam ter sido tomadas antes, para que a gente pudesse estar fazendo esse balanço aqui de outra forma. Poderia ser um balanço mais positivo da situação. Mas também é isso, a gente está hoje fazendo a discussão de danos para os quais não foram feitas reparações anteriormente.

Bom, a gente começa a travar esse diálogo aqui sobre uma ação desse pacto federativo, para poder discutir com mais profundidade esses índices e poder também tratar de outra forma a questão da mortalidade e do que está acontecendo hoje dentro das comunidades. Hoje está até legal. O Evandro está aqui, e ele pode falar um pouco mais sobre essa campanha do Amor ao Alto. Erroneamente, eles também estão levantando aí que a Alto Vera Cruz é a comunidade mais violenta de Belo Horizonte. Acho que é uma inverdade com a nossa comunidade aqui. Quem frequenta, quem vive, quem está aqui no dia a dia da comunidade sabe que não é por aí que caminham essas ações aqui dentro. Teve uma matéria tendenciosa que acho que desencadeou todo esse raciocínio aí também. Mas a gente está aí como agentes de transformação, para tentar inverter esse olhar que foi criado sobre a comunidade também.

Bom, a gente acompanhou aí, nos últimos tempos, alguns retrocessos que a gente teve enquanto sociedade, sobre a discussão da redução da maioridade penal. Eu estive em Brasília também, há pouco tempo, e até encontrei com o Reginaldo lá quando estava tendo a votação da PL 4.471, que trata do desarmamento, e depois voltou para a pauta também. E acho que esse é um outro retrocesso que a gente está tendo dentro da sociedade mesmo, porque estão invertendo valores. Ao invés de tirar arma, a gente está querendo armar a sociedade de novo. A gente vê que essa violência que acontece, ela vem muito por causa da arma que está aí ilegalmente. Então, acham que a solução é armar, ao invés de dar escola, dar acesso para a juventude. Acham que a solução é reduzir a idade penal para poder



levar o jovem para dentro de presídios e lugares que não formam, muito pelo contrário, desmobilizam todo esse trabalho que está sendo feito aí há um tempo.

Então, acho que a gente começa a fazer uma discussão. A sociedade está passando por uma inversão de valores que está diretamente causando constrangimento, e as pessoas estão refletindo. A gente hoje teve uma reparação mínima com a população negra, que foram as cotas que permitiram que a população negra ingressasse na universidade e pudesse ter acesso à educação. Isso afronta diretamente a classe dominante do nosso País, porque eles não suportam ver negro estudando em universidade em que o filho do patrão também estuda.

Para eles, é uma ofensa esse acesso que a gente hoje começa a ter. E eu nem acho que a cota foi a medida mais adequada, mas a gente vê o tanto de efeito que está fazendo após o seu surgimento, e o impacto que está tendo dentro da sociedade.

Realmente, a gente ainda tem que evoluir muito como sociedade, porque não estamos preparados para nos ver como iguais. A gente começa a ver os diferentes entrando no espaço dos iguais, e eles começam a ficar constrangidos em ver que a gente está em fase de transformação. Queiram ou não, a sociedade está em processo de transformação, e esse processo não pode parar. Muito pelo contrário, a gente tem que continuar avançando e se aprofundando nessa discussão de como, para a população negra, tem que ser feita essa reparação de danos.

Realmente, quando o Reginaldo levanta aqui esses índices de mortalidade, a gente vê claramente que isso é controle populacional, no meu ponto de vista. A coisa que eu mais vejo é: isso é controle populacional.

Então, temos que reverter esse pensamento e esse olhar. Eu queria muito que estivessem mais jovens aqui hoje, para gente poder debater e aprofundar o olhar deles aqui. Mas eu acho que também a gente tem bastante lideranças que vão poder travar essa discussão e levantar esse parâmetro para gente poder apurar mais o olhar.

Deixem-me devolver a palavra para Mesa, para continuar o papo. Mas é isso, estou feliz.

Parabéns pela iniciativa, Reginaldo!



Obrigado a quem está presente aqui também. Vamos continuar em busca de salvar vidas e salvar sonhos, certo? Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos passar a palavra ao Evandro MC, Coordenador do programa Amor ao Alto Vera Cruz.

O SR. EVANDRO MC - Bom dia a todos. Eu confesso que este é um microfone novo para mim, que sou *rapper*, que sou dos palcos. Este microfone aqui é um pouco diferente, mas nós vamos tentar fazer o melhor.

Como o Flávio falou, eu estou aqui representando o Centro Cultural e a campanha Amor ao Alto Vera Cruz.

Vou falar um pouco dessa iniciativa, porque é válido demais esse movimento e este momento que nós estamos enfrentando aqui, esta oportunidade, vamos dizer assim. E aí cada um contribui da forma que achar melhor.

Como uma pessoa que já está atuando na cultura local — eu estou aqui desde o fim dos anos 80, trabalhando com a cultura *hip hop* em seus quatro elementos —, uma das coisas que a gente percebeu ainda naquela época, e ainda hoje é assim, é que o nosso local de atuação, a nossa área de atuação, é a rua. O espaço de transição, o espaço onde as grandes transformações da sociedade aconteceram sempre foi a rua. O lar, a nossa casa, é o nosso local de descanso, o nosso local de amparo, mas a rua é o palco das transformações, das grandes ações da sociedade, enfim, de toda a história humana. Então, nós atuamos na rua.

Quando a gente vê o quadro, a situação que foi colocada, a situação de estatística, as questões todas realmente nos abalam muito, nos deixam muito chateados por estarmos no dia a dia do entorno, atuando, e sabermos que essa não é a verdade. O Alto Vera Cruz não é a comunidade mais violenta, e nós podemos provar isso. Por isso, uma das formas que a gente viu de estar trazendo um outro olhar é essa campanha.

Por que Amor ao Alto Vera Cruz? Primeiro porque não é uma campanha do território; é uma campanha do entorno e de todas as pessoas que se identificam com esse território, com essa região. Quando eu falo Alto Vera Cruz, eu logo trago Taquaril, Granja de Freitas, enfim, todo o entorno, até mesmo Vera Cruz, Pompeia, porque somos todos Alto Vera Cruz enquanto pessoas.



Em toda a Zona Leste, é interessante o seguinte: apesar de a campanha ter a iniciativa através do Centro Cultural, todas as lideranças, todas as pessoas, moradores, ex-moradores, enfim, até pessoas que nunca moraram aqui, mas que trabalharam aqui, que conhecem a comunidade, abraçaram a ideia, porque a campanha nada mais é do que dar visibilidade a pessoas que atuam, que amam e que fazem o bem a essa comunidade, nada mais do que isso.

É uma campanha publicitária. Então, ela mostra o outro lado, o lado real da coisa. A campanha Amor ao Alto Vera Cruz mostra um Flávio viajando pelo mundo, mostram um Francis, Presidente Nacional da CUFA. Ela mostra pessoas que estão indo no dia a dia, em todas as áreas, no artístico, no político, no social. Mostra essas pessoas.

Eu acho que nos falta, Sr. Deputados, é essa visibilidade para ações que realmente fazem diferença dentro de uma comunidade de periferia. E não falo isso só pelo Alto Vera Cruz. Viajando por outras periferias, a gente vê mais ou menos a mesma coisa, aquela liderança, aquela pessoa que está ali, sem fim político e partidário mesmo, aquela pessoa que está atuando no dia a dia e que, de repente, não tempo de ficar fazendo a auto imagem. Aquele atleta... Quem é o camisa 10 que atua dentro da comunidade hoje? Qual a referência para o jovem que pratica esporte hoje? Quem é aquele cabeça de área, aquele goleiro, aquele camisa 10, o bom de bola da comunidade? Essa pessoa precisa aparecer. Quem são os artistas, as pessoas que atuando na arte dentro das comunidades hoje? Elas precisam aparecer. Então a campanha visa isso.

Entre as nossas metas, pretendemos mesmo, além dessa mobilização, dar essa visibilidade e queremos levar essa ideia para outras comunidades. Acho que, com essa questão da violência, a gente pode trabalhar muito no preventivo, dando visibilidade. Quando o jovem chega à pré-adolescência, ele quer buscar o seu referencial, como eu falei, no atleta, no artista, enfim o referencial com quem ele se identifica. É bom quando os pais conseguem ter proximidade. Graças a Deus, eu tive esse proximidade com os meus filhos. Mas muitos pais não conseguem ter essa proximidade de comportamento, de entender o jovem. E aí fica difícil, ele vai buscar essa referência na rua. Qual é a referência que ele tem na rua? Ele precisa ver o cara que conseguiu, o cara que chegou lá, o cara que está em ascensão, aquele



que se formou em tal área. Nós precisamos dar visibilidade às pessoas que realmente fazem a diferença dentro das comunidades.

Entre as nossas necessidades, uma das coisas de que precisamos é ferramentas, recursos. E sabemos que recurso nem sempre é dinheiro. Às vezes, as próprias leis, as leis do município nos impedem de trabalhar em algumas áreas. Dependendo do tipo de evento que se vai fazer não se consegue, por várias questões de lei.

Enfim, nós precisamos trabalhar. E, em nome de pessoas que realmente trabalham e atuam eu digo: nós precisamos trabalhar. Precisamos de ferramentas para trabalhar. Acredito que quanto a essa violência e toda essa questão, podemos colaborar, e muito, para que haja redução. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ GOMES LÚCIO - Bom dia a todos. Meu nome é André. Sou morador do Alto Vera Cruz. Há 10 anos, sou oficineiro do Fica Vivo, sou agente de saúde do Centro de Saúde de Taquaril. Como morador, já tive muitas experiências boas e ruins, aqui, dentro da comunidade.

Hoje, tive a satisfação de rever a Geralda. Fique de pé, Geralda. (*Palmas.*)

Segundo a palavra de Deus, devemos dar honra a quem merece honra. Ela participou da minha formação na Escola Israel Pinheiro. Também fui um jovem que deu bastante trabalho dentro da comunidade.

O Quinzinho também, e não sei se ele está aí ainda. Eu queria uma salva de palmas para o Quinzinho. (*Palmas.*)

E há outros. São pessoas que estão trabalhando aqui, dentro da comunidade, há muitos anos com prevenção. Se formos conversar com os jovens, aqui, nas ruas, na comunidade, ou tiveram experiência no CIAME, ou na Escola Israel Pinheiro, são pessoas que fizeram parte da formação dos jovens.

Fico muito satisfeito de estar aqui, neste momento. Eu gostaria que aqui estivessem mais moradores, para que pudéssemos estar falando para o nosso povo, estar representando a comunidade, falando para os jovens, dando mais espaço para os jovens falarem aqui. Mas, a gente está aqui também, para tentar representá-los de certa forma.



E nesse trabalho que estou fazendo aqui, nesse tempo, há muitas dificuldades, de estar trabalhando com os jovens, na medida em que não se tem muitas ferramentas.

Uma coisa que quero frisar, no começo dessa fala, é que o Alto Vera Cruz diz respeito às políticas públicas de prevenção, políticas que vêm ao encontro dos nossos jovens que estão envolvidos com a criminalidade. Aos jovens, aos adolescentes que precisam de acesso, que precisam de visibilidade, que precisam de atenção, que precisam de proteção, eu quero dizer que aqui somos nós por nós. Aqui no Alto Vera Cruz a gente se vira, aqui é tudo no jeitinho.

Hoje nós estamos aqui, estamos na mídia, a respeito de dados, de estatísticas, mas, na verdade, isso é fruto de uma história de muitos anos de descaso. Temos políticas aqui? Temos. Temos o Fica Vivo, o trabalho com jovens também. Tem a escola, tem o SIAME. Mas como você coloca políticas? Como você tem a educação aqui tentando dar um jeito também se você não dá ferramentas?

Hoje, se eu preciso fazer uma atividade com o jovem, a única coisa que ele tem na mente dele às vezes é aquele beco; ele consegue visualizar o beco, o cara que está ali se destacando. Ele não tem uma visão de mundo. Vamos sair com o jovem, vamos sair, vamos levá-lo a outros lugares, vamos fazer uma confraternização, fazer um intercâmbio. Você não tem um ônibus.

Gente, se você for avaliar e comparar o valor de uma vida, se você for colocar isso em valores de um projeto, de um investimento que você não tem, não tem valor, não tem coisa. Se a gente tivesse todo o dinheiro do mundo, o meu sentimento é que eu daria o que eu tivesse pra poupar uma vida. Mas nem tudo está ao nosso alcance.

Hoje, se você for ver — é uma questão de lógica — o investimento que se tem na repressão, como a repressão é tão organizada? Nós estávamos até numa reunião de equipe, e a gente estava conversando isso. Como a repressão é tão organizada? Dentro da comunidade já tem um batalhão pra prender quem fizer merda. Já tem uma viatura pra te levar; já tem um delegado pra te ouvir; já tem um lugar, uma cama ou um jornal pra você deitar no chão. Já tem tudo preparado: *“Vamos esperar o povo fazer cagada e nós prendemos. Pra que eu vou investir na educação? Pra que eu vou investir no Fica Vivo? Pra que eu vou investir naquilo que*



atende ao jovem? Pra quê? Vou deixar o povo fazer merda e prendê-lo; está tudo no esquema já. Já tem tudo direitinho.”

É uma cadeia: a cada dia dá mais empregos, a cada dia compra mais viaturas. Já é um esquema mais fácil. E a prevenção? Como que a gente faz? Vamos investir na escola, vamos investir na educação? Professor ganha mixaria. É difícil demais ser professor. Como você não investe no esporte, não investe na saúde dentro das comunidades? Hoje o que a gente vê aqui de organização, o que você vê de o Estado chegando ao jovem é a repressão, uma repressão muito bem organizada.

Se você for ver aí, essa prevenção que se diz quem faz somos nós: é a escola, é o SIAME, é o líder comunitário, é a associação de bairro. Hoje nós estamos aqui por quê? Essa violência também chega ao asfalto. A droga que se diz está afetando o asfalto também, na verdade.

Nós estamos aqui hoje e acho que estamos no caminho certo. A gente está discutindo aqui que as nossas falas, a participação da comunidade vêm, assim, fazer efeito na hora de reescrever essa política de prevenção, porque, da forma que está, eu não acho interessante.

Se a gente for fazer uma prevenção pra inglês ver, vai continuar tendo homicídio, os jovens vão continuar morrendo, se for dessa forma. Vão continuar contratando polícia. Vão continuar construindo presídios. Vão fazendo presídios, vão fazendo presídios. Não vão investir não, vão esperar. Vão esperar. Desde criança, já têm as políticas. Hoje, como a gente vê o jovem chegando no Estado, o Estado tendo acesso ao jovem? É a mãe levando o menino no Conselho Tutelar. É o jovem chegando para as lideranças ou nas escolas, porque ele está cumprindo medida socioeducativa. Às vezes, quem recebe esses jovens, esses adolescentes, está recebendo dessa forma, conhece esses jovens, poderia estar vindo aqui no bairro conhecer, através de outras políticas. Mas conhece quando ele está cumprindo a medida socioeducativa.

O jovem consegue ter essa atenção, nós vamos ajudar esse jovem, nós vamos ajudar esse menino. Depois que o jovem cumpre essa medida socioeducativa ou quando chega na minha oficina, muitas vezes, ele precisa de um emprego. Onde eu consigo o acesso para ele no Estado? No PRESP, que trabalha



com as pessoas do egresso prisional, onde tem uma pegada, onde tem alguém que vai ouvi-lo porque é legítimo, porque deve aceitá-lo porque ele cometeu um ato. Porque o cidadão não pode chegar em um órgão do Estado e ter uma atenção merecida? Ou não só a pessoa, o indivíduo em si, mas toda a comunidade ter esse investimento? Era isso que eu queria estar falando aqui.

Outra coisa que eu queria dizer é que faço parte da Campanha Moral Alto e sempre faço uma observação. Eu ajudo também a falar das coisas boas do bairro, eu sou uma coisa boa do bairro. Cada pessoa que está aqui é uma coisa boa do bairro. Mas eu sempre dou um toque e digo: *“Gente, as coisas não estão tão boas aqui assim não. Vamos chamar a atenção”*. Para a D. Maria, que perdeu o filho dela, não está bom. Para a D. Maria que pegou o menino dela no chão não está bom, entendeu? Para os três jovens, que eu conheço e que não podem sair de dentro de casa por causa da violência, não está bom. Para mim não está bom. Eu quero, sim, ressaltar as coisas boas. A minha ferramenta de trabalho... Eu trabalho com isso, com a violência, com o jovem que está envolvido. Eu vejo que para essas pessoas não tá bom. Se nós formos ver, seriam — vamos supor — 10% da população que, às vezes, estão com certo tipo de envolvimento ou com dificuldade. Só que essas pessoas é que são importantes, porque são elas que estão na linha de frente de matar ou morrer. É como se houvesse aí uma CTI, uma enfermaria. Você vai dar mais atenção para quem? Para quem está na CTI. Não deixar de cuidar dos outros, de quem está na escola, de quem está nos programas, de quem está estudando, de quem está fazendo faculdade. Mas vamos voltar a atenção para o Alto Vera Cruz. Era isso que eu queria dizer aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Passo a palavra para o Warley Fernando. Quero convidar para compor a Mesa o Presidente da CUFA, o Francis. (*Palmas.*)

O SR. WARLEY FERNANDO - Bom dia! Eu costumo dizer que o meu nome é Chocolate, mais conhecido como Warlei, depois vocês vão entender o porquê disso. Inclusive esse apelido foi me dado quando fazia parte da capoeira com o Léo. Fica de pé, Léo. Palmas para o Léo. (*Palmas.*) Foi o primeiro órgão público. O SEAME foi o primeiro órgão público do qual participei, aos 10 anos de idade. Vim fazer capoeira aqui com o Renê, com o Léo, com o William que está ali também, um cara bacana



demais. Depois, eu fui participar do Projeto Toriba, que era um projeto do Estado, mas que há muito tempo não existe mais. Por fim, fui fazer parte do Projeto Dente de Leite. Eu vou contar uma experiência. O Vandinho que está ali — levanta aí, Vandinho. Vandinho, Luiz Florence e o Luizinho, que foi um jogador profissional (*Palmas.*)

Aqui eu queria até falar sobre a questão da segurança pública. Será que o público se sente seguro com a segurança pública? Lembro-me de um dia em que estava descendo o beco Vitória, na escada, onde o Flávio mora, para ir treinar no Projeto Dente de Leite. Quando eu cheguei à rua que a gente chama de “pista”, que fica acima do campo, tinha um bando de policiais, eles me abordaram — eu estava indo treinar —, colocaram-me na parede e falaram assim: *“Você está com a identidade aí?”* Eu falei assim: *“Não. Não estou com a identidade. Eu estou vindo jogar bola.”* *“Ah! Sua identidade deve ser muito pesada pra você não andar com ela, não é?”* Eu falei: *“Não, é porque eu estou vindo jogar bola. Eu estou com short, meião, não tem condição.”* *“Cala a sua boca! Vai pra parede!”* Aí, enfim, estou lá na parede, eles estão me dando geral. Aí, de repente, vem uma outra guarnição e, aí, eles perguntam assim? *“Quem que é esse aí?”* Eles haviam me perguntaram se eu tinha apelido. Eu falei: *“Meu apelido é chocolate.”* Porque eu tenho amigos policiais e eles já me disseram: *“Olha, se você tem apelido e alguém falou que você tem um apelido, todo mundo te chama pelo apelido, não fala que você não tem. Falei: ‘Meu apelido é Chocolate.’”* Aí, o policial falou para o outro: *“Esse aqui é o famoso Chocolate.”* Aí, eu falei assim: *“Mas famoso por quê?”* Ele me deu um tapa e falou: *“Cala a boca!”* Aí, eu falei assim: *“Mas espera aí, por que você está me batendo? Famoso chocolate? Como assim?”* Um policial estava com uma calibre 12, ele a armou e colocou na minha nuca e começaram a me dar soco aqui. (*Apontou para a lombar.*) Se eu não me engano, o Vandinho é quem viu e falou com o Luiz Florêncio assim: *“Seu Luizinho, uns caras estão batendo no Chocolate ali.”* Só que aquilo me deixou tão irado! Tinham muitos policiais. Eles me batendo, com aquela arma na minha nuca, eu virei e falei assim: *“Bom, já que você quer me bater, bate em mim eu olhando pra você. Não me bate pelas costas, me bate de frente.”* Aí, o Luizinho veio pra intervir em meu favor, porque estava ali participando de um projeto do Governo Municipal, o Projeto Dente de Leite. O Luizinho chegou, eles ainda chegaram a falar



assim: “Ó, se aquele cara vier querer falar alguma coisa aqui, nós ‘dá’ um jeito nele também.” Mas, enfim, eles acabaram não fazendo nada, o Luizinho chegou e falou: “Não, esse menino é meu aluno. Ele está vindo treinar. O que está acontecendo aí?” Aí, eles disseram que eu havia desacatado eles.

Então, será que o público se sente seguro com a segurança pública? Será que as pessoas que estão aqui pra proteção, será que elas estão, de fato, protegendo? Ou será que as pessoas se sentem, de fato, protegidas pela segurança pública?

Eu não vou discutir com os números se falam que o Alto Vera Cruz é o bairro mais violento, com mais índice de homicídios. Eu não vou discutir com os números. Mas, enfim, será que nós nos sentimos orgulhosos com isso? Será que os moradores do Alto Vera Cruz ostentam o título de bairro mais violento? E outra coisa: se aqui é tão ruim assim, eu conheço muitas pessoas, das quais eu faço parte delas, que mesmo se alcançar uma condição financeira melhor, ninguém tem vontade de sair daqui, ninguém quer mudar desse bairro tão violento. Eu conheço muitas pessoas que não são daqui, que frequentaram aqui uma vez e nunca mais querem deixar de participar das coisas que acontecem aqui na comunidade.

Eu percebo que — vamos pensar assim — a repressão e a prevenção acabam colidindo. Eu não acho que elas trabalham juntas. Eu acho que a ação repressiva é muito mais impactante por parte do Estado. Eu não vejo o Estado trabalhando de maneira preventiva para acabar com as coisas. Eu percebo que a prevenção parte do diálogo. Muitas pessoas que estão inseridas no mundo do crime, que estão nas drogas, precisam ser ouvidas. Elas têm necessidade de que nós conversemos com elas.

Há um tempo, em meados de 2014, estava tendo uma guerra do tráfico de drogas muito grande aqui no Alto de Vera Cruz. Eu e o André, fazendo o papel de igreja, passamos a intervir em relação a essa guerra. Nós pegamos um grupo de uma determinada gangue aqui, nós dois, sem termos condição financeira para fazer isso, e investimos mais ou menos 1.500 reais, em parceria com pessoas que nós conhecemos — do nosso bolso, nós investimos 1.500 reais —, para pegar um monte de traficantes e levá-los para um sítio. Passamos com eles dois dias. Fizemos dinâmicas com eles, palestra com eles, churrasco com eles, diversão, futebol. E



todos eles, traficantes, que andam com armas de grosso calibre, falaram assim: *“Olha, eu nunca tomei um café da manhã como esse que vocês deram pra gente. Eu nunca pensei em vir a um local como esse.”* E isso pessoas que fazem parte do mundo do crime. Porque é o seguinte: são pessoas que, se você for na casa deles, você fala assim: *“Poxa, mas esses aí são traficantes?”* Engana-se quem pensa que quem vendo droga tem dinheiro. Tem dinheiro é quem financia a droga. Os meninos vivem em condições sub-humanas. Eles não estão ali porque querem. Eles estão ali porque o Estado não interveio, não agiu de maneira preventiva para que eles tivessem outra oportunidade. *(Palmas.)* A verdade é essa. A partir do diálogo, a partir dessa intervenção que eu e o André fizemos, eles ficaram mais ou menos... Agora, nesses 2 meses atrás, a guerra que eles tinham... há três domingos, aliás, um rapaz foi morto nessa guerra. Desde essa intervenção, só houve um homicídio nessa guerra que eles têm. Por quê? Porque eles perceberam... Às vezes, quando a gente continuava indo lá, eles falavam assim: *“Pô, fala pra aqueles caras ‘esquecer’ a gente. Fala pra eles não ‘vim’ aqui não, que nós não vamos nem olhar pra cara deles.”* Mas pelo simples fato de alguém — vamos pensar assim — se disponibilizar a chegar e dialogar com eles, a escutá-los, porque eles precisam ser escutados...

Vou falar pra vocês: por mais que nós vivamos num País laico, nós não somos um País laicista. A Igreja, por muitas vezes, faz o papel que era do Estado fazer. Setenta e cinco por cento das clínicas de recuperação de dependentes químicos que existem no Brasil hoje são de cunho cristão. Se a droga, se o uso do *crack* é uma questão de saúde pública, então, era o Estado que tinha que intervir nisso. Então, o Estado deveria agir como parceiro das pessoas que se disponibilizam a ajudar a reabilitar.

Muitos amigos nossos que saem do sistema carcerário chegam até a gente, pessoas que a gente conheceu, que vendiam drogas, *“Pô, arruma um emprego pra mim?”* Aí, você vai numa empresa, faz a correria, vai arrumar os documentos, *“Ah! Ele precisa de um atestado de bons antecedentes.”* Então, quer dizer que um ex-presidiário nunca vai poder ser reinserido na sociedade, porque ele não vai ter um atestado de bons antecedentes. Eu penso que o Estado deveria agir nesse sentido, pra estar ressocializando aqueles que necessitam ser ressocializados, e isso tudo através de um diálogo.



Eu quero concluir dizendo pra vocês que eu amo Alto Vera Cruz, como todos aqui que fazem parte da campanha *Amor ao Alto Vera Cruz*. Os direitos humanos deveriam dar atenção não somente aos humanos direitos, fazendo um trocadilhozinho aí. Falou! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Warley.

Quero registrar a presença dos nossos Diretores da Escola Estadual Israel Pinheiro, Geralda Magela e Luís Eduardo. Obrigado pela presença! Registrar também a presença do Kerison Lopes, que é Presidente do Sindicato dos Jornalistas; obrigado pela contribuição e organização.

Vou passar a palavra para o nosso companheiro, Presidente da CUFA — Central Única das Favelas, Francis.

O SR. FRANCISLEI HENRIQUE SANTOS - Peço licença para ficar em pé. A gente já estava muito bem representado aqui pelos companheiros do Alto, que já estão na Mesa. Disseram bastante verdade, que tem que ser levada em consideração.

Queria só aproveitar e saudar algumas pessoas que não foram saudadas ainda: o Ivan, liderança comunitária aqui, está presente também (*palmas*); o Júlio, da Associação (*palmas*); o Ramon, que, além de liderança, é um grande parceiro que a gente tem aí também (*palmas*); a Carol (*palmas*); o Zé Eduardo, do qual eu já ia fazer comentário, acabou de ser saudado aqui (*palmas*), mas queria dizer que também teve uma grande importância na minha vida. Ele me ensinou que os números não são só números. Tem muita coisa por trás deles. O Zé Eduardo é um ser humano fenomenal. Obrigado por ter existido na minha vida, Zé. (*Palmas.*)

Eu vou ser bem breve, porque eu acho que o pessoal já deu contribuição bastante relevante aqui.

Eu queria só frisar que o que acontece nas vilas e favelas não são só números e tem que ser levado em conta. Porque quando a gente tem o ano de 2013 com mais de 56 mil assassinatos no Brasil todo é porque alguma coisa de muito errado tem aí. E esse fator não é só o fator circunstancial, ou ocasionado pela questão de drogas, ou de armas, como tudo hoje em dia. A morte de jovens negros é sempre levada em consideração que é envolvimento com droga. E quase nunca é, principalmente em Minas Gerais. O que acontece é que as pessoas têm uma ideia



de tráfico de drogas como acontece no Rio de Janeiro: em que existem disputas e que têm comandos. Você pega Minas Gerais como um Estado particular, mas muito mais semelhante ao resto do Brasil, muito mais semelhante do que o próprio Rio de Janeiro, você vai ver outra realidade. Aqui, praticamente, não existe, com raras exceções, uma disputa de um jovem ter que matar outro pra tomar o território desse outro. Os problemas são muito mais de conflitos, de autoafirmação, de valores e de várias questões das quais o Estado não deu conta e não dá conta de resolver até então.

Então, com a realidade de Minas, não é só a polícia que sobe nos morros, porque existe escola, existe centro de saúde, existem vários equipamentos, diferente do Rio de Janeiro, em que, praticamente, o único braço do Estado que sobe é o Rio de Janeiro, e isso joga a sua diferença também. A questão cultural acaba influenciando, porque os conflitos de gangues — que, aí, sim, existem e quase sempre desorganizados ou desmobilizados — é muito mais por uma questão da própria expressão do jovem, que precisa se autorrealizar dentro de uma violência em que ele vive o tempo todo. Você vai numa consulta especializada, num posto de saúde, são meses, anos, quando sai. Isso é uma violência que tem contra o jovem e contra a família dele também. Se tem um conflito interno entre os próprios jovens, ou entre família, ou entre moradores da mesma localidade, é outra lógica. Não adianta fazer uma denúncia, porque quase sempre quem faz a denúncia, inclusive, recebe mais represália em relação a isso, porque o próprio Estado não dá conta de resolver esse tipo de problema. É tudo muito lento.

Numa favela, por exemplo, Alto de Vera Cruz, em que são quase 50 mil moradores, é outra lógica que está estabelecida, é outro tempo. Não o tempo do Estado convencional, do jeito que está colocado aí. É importante compreender que a cultura do nosso Estado tem que mudar também em relação a esses 56 mil homicídios que acontecem. Quando um copiloto derruba um avião na Europa, todo mundo vai olhar quais foram as razões, entendendo que é preciso olhar um histórico que está por trás disso. E aí se descobre que ele tem depressão, se descobre que tem problema de relacionamento e aí, sim, entende o ato em si. Aqui no Brasil não. A cultura é a de que morreu por causa da droga. Morreu porque tem relação com a droga. Então, se forja. Na minha opinião, acredito que a CPI...



Inclusive, Reginaldo, parabéns por ter aproximado uma CPI dessa importância para dentro da favela, para localidades que realmente discutem e têm que, cada vez mais, fazer essa discussão. Parabéns mesmo!

É importante que a gente entenda que esses fatos não são meras coincidências. Podem ter certeza de que o fator droga, o fator arma não é o motivo que está por trás disso. As próprias estatísticas também demonstram que apenas 3% a 5% da população estão envolvidos em alguma atividade criminosa.

Então, se a gente for pegar os números, tem que se olhar sob vários outros aspectos. A CPI deveria cumprir um papel também diferente em relação ao gestor público. O gestor público tinha que ser indiciado, o Secretário de Segurança Pública tinha que ser indiciado, tinha que ir para a cadeia, porque é o responsável, ou quem está na cadeira é responsável por isso. O Ministro da Segurança tinha que ser indiciado, porque não é mera coincidência. São números que estão acima de números de guerra. O que acontece? Que gestão é essa que está acontecendo de fato?

Então, a gente tem que ter muito cuidado, muita cautela pra poder observar e entender que a morte, o assassinato de jovens negros não é mera coincidência. E quando acontece no Brasil inteiro nessa quantidade que vem acontecendo é porque alguma coisa de muito errado tem aí. Precisa-se descobrir, de fato, onde está o erro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou passar a palavra agora para o nosso próximo convidado, Hugo Pirez.

O SR. HUGO PIREZ - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes. Pessoal, bom dia! Meu nome é Hugo Pires, eu sou jornalista, especializei-me em Comunicação Pública. Um dos objetivos do trabalho que eu faço com a comunicação pública é ver aquilo que é de interesse do público mesmo.

Eu faço parte da comunidade do Alto Vera Cruz, eu nasci e me criei aqui, e tive o prazer de conhecer o pessoal aqui e já participar de algumas ações com eles. O pessoal tem um trabalho muito louvável aqui, a favor da juventude, de levar cultura e arte, porque a gente sabe que a cultura e a arte são muito libertadoras para o processo de crescimento do ser humano.



Dentro da proposta de trabalho que eu tenho com a juventude é o Projeto Papo Reto — a Voz e a Vez do Jovem. É uma iniciativa de fazer o que vocês estão fazendo aqui, por iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes, que é ouvir, ouvir quem precisa ser ouvido. Então, quero agradecer muito ao Deputado Reginaldo Lopes por essa iniciativa de vir até ao Alto de Vera Cruz nos ouvir; também ao Cristiano Silveira, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Quando eu o procurei em seu gabinete, fui muito bem atendido pelo Jean Piter, do qual tenho orgulho de dizer que é meu amigo, somos contemporâneos na faculdade e também hoje fazemos uma pós-graduação juntos.

Quando eu cheguei ao gabinete do Deputado para poder fazer uma proposta, que é de organização do Congresso Latino-Americano para a adolescência, a ideia já foi comprada na hora, devido à relevância do assunto. E isso que está sendo discutido aqui hoje nesta CPI tem muito a ver com o que queremos tratar nesse Congresso Latino-Americano, onde nós estamos trazendo experiências exitosas de diversos países da América Latina que fazem parte da rede de adolescência, para poder nos contar um pouco desses trabalhos que foram feitos e que hoje beneficiam o jovem e sua família.

Quando a gente pensa em juventude, pessoal, é muito importante que a gente pense na família do jovem, porque a família do jovem... A família hoje está desestruturada, porque a gente vê que o pai é o provedor, continua sendo; a mãe saiu do papel de dona de casa para ser provedora também. Então, com quem passam, na maioria do tempo, os nossos filhos? Com babás, com vizinhos, em creches, em escola, onde o sistema educacional está extremamente falido. O que esse jovem vai aprender nos dias de hoje?

Uma coisa que é muito interessante: eu, da área de comunicação, estudo muito sobre mídia e adolescência. A estimativa aponta que hoje o jovem é o maior consumidor de mídia. Ele representa 60% da população que consome mídia. E hoje a gente sabe que a mídia é muito voltada para o capitalismo com a seguinte proposta: você precisa consumir para ser feliz. E o que a mídia mostra hoje em sua maioria? Cenas de sexo, violência e consumo, como se isso fosse o essencial para a gente ser feliz. Os apresentadores dos telejornais sensacionalistas falam: *“Adolescente tem que ir pra cadeia! É muita folgança! Esse pessoal... Corta aqui pra*



mim, corta aqui pra mim. O menor matou, ele tem que ser indiciado.” É claro que quem cometeu algum erro tem que, sim, pagar por ele. Todos nós pagamos, não é verdade?

Então, o jovem, quando a gente propõe que ele pague pelos seus erros, será que a redução da maioria penal é a melhor alternativa? Ou será que a gente deve colocar a mão na nossa consciência e enxergar que nós temos uma dívida social muito grande com a juventude? Afinal de contas, alguém para poder ouvir um adolescente hoje, a não ser a gente que trabalha com eles?

O sistema de educação simplesmente extinguiu do planejamento escolar todas as disciplinas práticas, colocando para o aluno 12 disciplinas teóricas. Imagina para um aluno de 12, 13, 14, 15 anos, que está aí se descobrindo na vida, passar 4 horas e meia sentado, ouvindo um professor falar — ouvindo. O nosso modelo de educação está errado, porque o correto seria uma troca. O verdadeiro mestre não é aquele que ensina, mas aquele que se permite aprender, já dizia Guimarães Rosa. Então, é muito importante a gente trabalhar nesse processo de ouvir o adolescente.

E, por isso, o Projeto Papo Reto, juntamente com a AMA — Associação Mineira de Adolescência, que foi fundada pela nossa querida Dra. Marília Maakaroun, que é pioneira no trabalho de adolescência no Brasil, nós estamos organizando, para os dias 18 e 19 de setembro, o Congresso Latino-Americano para a Adolescência.

Eu gostaria muito de contar com o apoio de todos vocês para que esse congresso seja um marco para a nossa juventude. Queremos trazer experiências exitosas e mostrar que nós também temos experiências exitosas.

O tema do nosso congresso vai ser: *“Educação para a Paz em Tempos de Violência, Reinventando as Relações na Família e Sociedade”*. Então, eu conto com o apoio de todos vocês para que possamos fazer um evento que vá, de fato, mudar a vida do jovem e da sua família.

Agradeço imensamente aqui o carinho, Deputado Cristiano, com que sua equipe me recebeu. Estão de parabéns!

Muitas vezes, a população não participa da política porque não tem ainda a consciência política, mas a política é feita para todos.



Quero agradecer a todos vocês por esta oportunidade de estarmos trazendo a justiça, a política juntamente à população como deve ser feito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra para o nosso Deputado Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Cristiano Silveira.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA - Muito bom dia a todos e a todas! Quero, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI, do Nilmário Miranda, nosso Secretário de Direitos Humanos, cumprimentar aqui os companheiros e companheiras da Mesa. Dessa forma toda, a comunidade também do Alto Vera Cruz, pela acolhida, pelo carinho e pela presença. Eu acho que as coisas só conseguem avançar quando a comunidade compreende a importância e se apropria e ocupa os espaços que lhe são de direito.

Eu não vou me alongar aqui, até mesmo porque nós temos aqui companheiros que vieram mais preparados para fazer a fala sobre a temática e acredito que aquilo que deve ser o mais importante desta reunião de hoje foi dito pelos companheiros que são militantes dos movimentos sociais, artísticos, moradores, jovens negros e acho, então, que ali foi o que precisávamos um pouco de ouvir.

É claro que toda essa discussão do homicídio da juventude, homicídio em geral no Brasil, faz um recorte da juventude e ainda estratifica um pouco mais para a juventude negra, como, de fato, tem também relação com a banalização da vida, porque ainda que o sujeito pudesse — eu concordo — estar ligado ao tráfico de drogas, a disposição dele em tirar a vida de outro, eu acho que está muito ligado a essa banalização de uma subcultura que se forma nesses lugares, nesses espaços.

Quando eu fui consultor da UNESCO, durante 2 anos, no PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, tivemos a oportunidade de monitorar ações de prevenção à violência e à criminalidade, fazermos algumas pesquisas e descobrimos exatamente isto: que não era a remuneração, não era o dinheiro o primeiro motivo da presença do jovem, por exemplo, no tráfico de drogas. Este figurava como segundo ou terceiro motivo. O primeiro era o pertencimento a



um grupo. O pertencimento a um novo grupo, de novos valores, de novos ídolos e uma subcultura que ali, então, se formava.

Então, essa banalização da vida faz com que, às vezes, como já ouvi — e o Deputado Reginaldo Lopes disse algumas vezes —, o camarada atira só para ver para que lado o outro sujeito cai, se ele cai para a direita ou se cai para a esquerda, como que ele cai.

Então, eu acho que isso daí nós vamos ter que discutir também. Um resgate de valores que são importantes, concomitante com política de inclusão social, de promoção social, de promoção econômica. A gente sabe que isso tudo é importante, mas há essa questão da valorização da banalização.

Às vezes, as famílias não se encontram na melhor das condições para cumprir esse papel junto aos seus filhos, e o Estado precisa fazê-lo. O Estado não tem como entregar às famílias e dizer que é obrigação e simples responsabilidade dos pais, se o Estado também não se fizer mais presente.

Quando a gente fala de segurança pública, qual é a primeira medida que nós pensamos: chama a polícia; quando esta deveria ser a última medida. Mas não há outras medidas. Quando elas existem — eu já disse isso em outros lugares —, para mim, elas são pequenas, insuficientes e são pequenos recortes. Aí, o gestor vai colocar na sua propaganda de campanha que tem um projeto, e quando vê o orçamento e os resultados, são extremamente pequenos e extremamente questionáveis.

O Estado — e quando eu falo de Estado, digo Prefeituras, Governo Federal e Governo dos Estados — não faz a disputa dos indivíduos; quem a faz, algumas vezes, é a comunidade, quando se organiza.

Há uma série de programas e projetos sociais exitosos que, quando você vai ver quem está realizando, quem está realizando é a comunidade. Até mesmo no próprio sistema penitenciário, quem consegue obter o melhor resultado, em termos de recuperação de presos, são as APACs — Associações de Proteção e Assistência a Condenados e não o sistema convencional que nós conhecemos. E aqui foi dito pelos colegas que me antecederam da eficiência, também, que as comunidades terapêuticas, que são geridas pelas igrejas cristãs, e do resultado que elas também conseguem obter. Então, eu acho que a resposta está um pouco por aí, e nós como



Estado, poder público, não conseguimos olhar para ela direito e nos apropriarmos dessas experiências.

O que eu quero dizer é que haverá uma eterna reprodução de modelo, o que está correto, eu também tenho feito essa discussão: vamos investir em a segurança, e aí o Prefeito comemora a chegada de mais 15 viaturas; vamos investir em segurança, agora o nosso presídio é mais moderno; vamos investir em segurança, é preciso aumentar o calibre da arma, porque o traficante já está com a AK-47. Então, isso é a nossa percepção de investimento em segurança.

Na hora em que se olha o orçamento dos Estados, do Governo Federal e dos Municípios, seja de quem for, os orçamentos para prevenção à criminalidade são pífios. O sonho tem que ser este: de dizer que nós temos naquela determinada cadeia 100 presos; que amanhã passou para 90; depois de amanhã, para 80; e depois, depois de amanhã, para 70, sem que a polícia deixe de cumprir a sua função e prender, quando necessário; sem que a justiça deixasse de julgar e condenar, quando necessário.

Mas, por que, então, diminuir a comunidade carcerária? Há que diminuir, porque as pessoas vão sendo desestimuladas a cometer crime. Aí, sim, o Estado começa a ter vitória na disputa do indivíduo, porque, até então, o Estado, a sociedade está perdendo nessa disputa. Nós estamos perdendo nessa disputa.

Quando o Deputado Reginaldo Lopes aponta aqui quais deverão ser os encaminhamentos, as propostas fruto do trabalho desta CPI, eu vejo alguns elementos que nós tínhamos no antigo PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, para os quais, lamentavelmente, não foi dada continuidade pelo Governo Federal, mas que tinha ali uma inspiração muito importante e que tem vários elementos, que são aqueles que V.Exa. propõe agora como resultado desta CPI. Acredito nessa proposta. Acredito nesses encaminhamentos e acredito que isso poderá nos dar aí uma nova perspectiva, uma revisão do papel dos Estados, uma revisão do papel da União, uma revisão do papel da própria sociedade e também dos Municípios.

Se a Constituição diz que a segurança é dever dos Estados, ela diz também que é obrigação de todos nós. E nós, Nilmário, que estamos na militância pelos direitos humanos, somos, talvez, entre os atores que tentam militar na promoção de



direitos humanos, os menos compreendidos: não somos compreendidos pela polícia; algumas vezes, não somos compreendidos pelo próprio Estado; algumas vezes, não somos compreendidos pelas igrejas, porque em algum momento, quem é ator, gestor, militante de direitos humanos estará em conflito e contra todas as instituições. Mas, também, quem é ator, gestor e militante de direitos humanos estará defendendo, em algum momento, indivíduos que pertencem também a essas instituições.

Então, nós temos aí um grande adversário, que é a desinformação de qual é o verdadeiro papel dos direitos humanos. O que nós somos? Vocês são aqueles caras que ficam lá na porta da cadeia passando a mão na cabeça de bandido e coisa e tal. Então, a gente precisa também fazer um trabalho pedagógico de uma revisão desse papel do perfil das funções de quem milita nos direitos humanos.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa acompanhará os trabalhos desta CPI, acompanhará os números dados à discussão da temática em Minas Gerais. Queremos colocar o Estado de Minas Gerais em consonância com aquilo que será apontado como fruto de um trabalho que a gente percebe que tem consistência, tem coragem e estabelece aqui as informações de uma forma muito transparente.

Agradeço a presença de todos os membros da CPI. Bem-vindos a Minas Gerais. Que a gente possa repensar um novo modelo de segurança com cidadania para o nosso País. Obrigado a todos. Parabéns. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Cristiano.

Quero passar a palavra ao nosso Secretário de Estado, o ex-Ministro Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar os meus colegas aqui de Mesa, especialmente o pessoal que representa a Comunidade de Alto Vera Cruz: a Dra. Nívia, o Cristiano; os Deputados da CPI: Eros Biondini, Zé Silva, Luiz Couto e Delegado Edson Moreira — não sei se no momento ele se encontra.

Quero parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, em nome de todos, por ter buscado, neste momento — um momento difícil do País —, uma CPI com essa



característica, de pegar, talvez, o que é mais dramático no Brasil de hoje, que é o número de homicídios, sobretudo de homicídio da juventude negra, e buscar esse foco propositivo, que é o melhor para a CPI. Não é à toa que, por exemplo, não tem a repercussão pública que merecia. Deveria ser a principal CPI da Câmara dos Deputados, no entanto, a sociedade é desinformada ou não é informada sobre esta CPI.

Ora, eu queria dizer o seguinte, Deputado Reginaldo Lopes e Deputada Rosângela Gomes: o Governo do Governador Pimentel tem 5 meses de existência. Então, está trabalhando basicamente com a situação anterior.

Nesse fim de semana, houve uma rebelião no presídio de Governador Valadares que resultou em duas mortes. E aí as notícias vão lá mostrando...

O SR. HUGO PIREZ - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Vamos lá, Hugo. Lá há vagas para 290 presos, quando há 800 presos. Aí eles, os presos, jogaram companheiros do telhado, cinco feridos e foram dois mortos; tomaram de reféns os próprios parentes e, agora, como o presídio foi todo destruído por dentro, eles irão ser redistribuídos para presídios superlotados iguais àquele. No que isso adianta?

Eu acho que se deve fazer uma reflexão, também — queria que estivesse aqui o Deputado Delegado Edson Moreira —, sobre a redução da maioria penal. É para isso que está se falando em reduzir a maioria penal: para leva-los para presídio desse tipo, que não está cumprindo a sua missão.

O Cristiano também falou aqui das APACs — eu conheço quase todas as APACs de Minas Gerais; muitos aqui as conhecem; o Deputado Zé Silva as conhecem também. São quase 2 mil e 500 pessoas cumprindo penas ali, e o índice de reincidência é de menos de 10%, Deputado Luiz Couto — menos de 10%! Mas, para V.Exa. ver, lá não tem superlotação, não tem violência, não tem armas.

É interessante também, Deputado Reginaldo, porque...

O SR. HUGO PIREZ - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Pois é! Como é possível, se não tem arma, polícia e nem guarda?

O SR. HUGO PIREZ - E são eles que tomam conta da segurança. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Eles é que tomam conta, e não há fugas e não há rebeliões. “Ah, mas são...”. Não! são pessoas com o mesmo perfil: estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado, assaltos e tráfico.

O Deputado Eros Biondini conhece bem também, ele é um apoiador desse projeto.

Então, essa história de que bandido bom é bandido morto, isso já carrega uma conotação que eu acho terrível para agentes públicos. E sobre esse discurso de ódio que a gente tem ouvido por aí — inclusive, infelizmente, no nosso Parlamento maior, está saindo muito isso de lá, também —, nós deveríamos fazer uma frente, um pacto para acabar com esse discurso de ódio. Isso está levando a um agravamento da violência; está estimulando a violência, em vez de... Por exemplo, tem uma bancada da bala? Quem é financiado por empresas que produzem armas, como pode dizer que está lutando em defesa da população e de mais segurança? Não! Estão lutando é por mais violência. É claro que a difusão de armas e a valorização do financiamento de políticos públicas por empresas que visam a difusão da arma difundem a violência, nunca a paz social que nós queremos. Então, nós temos que buscar através do diálogo — e é o que nós vamos tentar em Minas —, temos contrapor a esse discurso de ódio, de estimular a violência para o discurso do diálogo, do diálogo político. Nós não temos que trazer para o País o que já estava superado. A diferença política deve ser estimulada, a ponto de as violências racial e religiosa caminharem no sentido contrário a tudo isso.

Eu achei muito significativo o Governador ter alcançado um acordo com o Sind-UTE — Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais para os próximos 4 anos — estão aqui a Gê e o José Eduardo. Nós chegamos a ter, durante os últimos anos, 113 dias de greve, e todo o ano é a mesma coisa. Foi votado na Assembleia, na semana passada, um acordo. Isso cria condições de discutir, talvez, uma solução, que eu acho importantíssima, o Plano Decenal de Educação. Aí que está a caminhada: o plano nacional. Como é que v

Como se vai discutir um Plano Decenal de Educação com professores ou trabalhadores do ensino que não são respeitados, recusando-se a pagar um piso salarial que já é muito baixo? É um piso que é a metade do de um policial militar, que eu acho que recebem um salário merecido. Os professores deveriam receber o



mesmo. Então, foram 12 anos de luta para se ter um piso, e agora estão criadas as condições para isso. Através disso aí é que nós vamos enfrentar a maioria do que nós discutimos aqui.

Como fazer com as dezenas de milhares de famílias em que só a mulher — não tem o marido dentro de casa — sustenta, e, quando precisa trabalhar, não tem creche, não tem escola infantil, não tem alternativas para deixar suas crianças? Isso é básico, gente! Eu acho que para retroagir a essa desigualdade crônica, nós tínhamos que dar oportunidade às crianças, dar igualdade. O Luiz Dulci usava uma expressão curiosa: *“Dar ponto de partida comum a todos”*. Olha só, o que é o ponto de partida comum a todos? Toda criança tinha que ter o direito sagrado à creche, ao ensino infantil, ao ensino fundamental, e, chegando ao ensino médio, de poder optar pelo ensino técnico ou médio, e alargar as portas de acesso à universidade. A par também do direito à cultura, que a gente viu aqui, não se precisa mais falar aqui, do entretenimento, do esporte, do lazer. É disso que a juventude, a criançada procura. Então, abrir essas portas, é por aí.

Esse discurso de mais pena, mais cadeia, mais violência, mais repressão, não leva a nada. Minas Gerais ostenta hoje o título do Estado que mais encarcerou, nos últimos anos. Aumentou em sete vezes o encarceramento.

O SR. FLÁVIO RENEGADO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Não. E também não tem presídio que chegue. Você vê, estão todos superlotados! As unidades de internação para adolescentes, elas são suficientes? Elas são insuficientes. Houve um esforço. Tinha, há 2, 3 meses, 400 adolescentes cumprindo medida socioeducativa em cadeias. São cadeias públicas, ficam misturados, o que é um pecado mortal, digamos, da relação com a infração cometida por crianças e adolescentes. Anular qualquer esforço é levar para esse tipo de lugar, porque não tem onde por. Então, como é que nós vamos falar em reduzir a maioridade penal, jogando para a população que se vai construir instituições especiais? Isso é mentira! Não vai ser, porque não foram sequer as entidades de internação, previstas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, têm o número de vagas adequado e o tratamento adequado. Se houver tratamentos iguais aos das PACs, unidades de internação voltados a



adolescentes, o índice de reincidência vai cair vertiginosamente. Já é muito menor do que no sistema prisional comum.

O Conselho Nacional de Justiça fala que uma média de ressocialização do sistema socioeducativo é de 70% e a média de reincidência no sistema prisional comum é de 70%. Como você vai trazer o que é razoável para o péssimo e achar que isso vai dar mais segurança a alguém? Também é preciso parar com esse mito de que o adolescente, a criança e os jovens não são punidos. Eles são punidos até com mais eficácia do que os outros.

Aqui foi falado do direito à vida — não sei se foi o André que falou, mas todos falaram aqui, mesmo que não tenham colocado o termo direito à vida. O homicídio, que é a suprema violação do direito à vida, no sistema de adultos só tem 8% a 9% de resolução de inquéritos concluídos. Então, há mais de 90% de impunidade no sistema socioeducativo? Não. Eles são levados... Você pode até fazer avaliações para aumentar a eficácia do modelo socioeducativo, mas não substituí-lo pelo que nós já sabemos que está incompleto e não está dando certo. Como é que nós vamos fazer uma coisa dessas?

Eu sei que os Deputados que estão aqui não comungam com essa proposta de lá, felizmente, mas eu queria... Está chegando a hora de se votar a redução da maioria penal, e a gente fica com o coração desse tamanhinho, morre de medo desse discurso esquisito que está permeando muita gente. Eu espero que vocês consigam fazer o debate, Deputada Rosângela, é isso que está faltando. Nós temos que respeitar todas as opiniões, mas fazer o debate, não fazer o discurso da violência e do ódio, porque é esse aí que está mutilando a alma do brasileiro, está ferindo a alma dos brasileiros, está trazendo de novo práticas já superadas em outros momentos: essa radicalização em tudo e por tudo. Então, nós que somos... Eu sei, conheço o Deputado Luiz Couto e a sua longa luta, mas aqui também estão mineiros — Deputados Eros, Deputado Zé Silva, Deputado Reginaldo —; a nossa Deputada, que eu conheci agora; e o Cristiano aqui —, e em Minas dar esse exemplo. Não vamos deixar esse vírus do ódio entrar em nossas relações, e vamos nos respeitar. Vamos respeitar a diferença política, a diferença religiosa, a diferença racial, a diferença de gênero. Acho que aí que está a questão central: combater a intolerância, porque tudo aí, companheiros Flávio, André, Warley, Francis, com essa



importante Central Única das Favelas, que está crescendo felizmente, e tomara que cresça muito mais, para promover esse debate. Eles já falaram aqui, onde há conversa, onde há o debate, pode-se descriminalizar os conflitos. Isso é fundamental: descriminalizar os conflitos de toda natureza, os conflitos sociais.

Conflito social, tenho certeza absoluta, não é questão de polícia. Desde a década de 30, tenta-se construir essa ideia, que não tem nada a ver com a polícia. Há também os conflitos pessoais, de vizinho, de torcida, de boteco, de trânsito. Esse tipo de conflito deve caminhar para outro tipo de mediação pacífica. Criar políticas e cultura de mediação pacífica de conflitos, tirar essa carga de judicializar tudo e discutir também com os demais poderes e incluir isso nessa importante CPI, que é o que o Deputado Reginaldo tem colocado. Eu não ouvi os outros, porque não tivemos oportunidade. Ouvi isso dele. Acho que vai ser um momento importante para reverter uma tendência preocupante no Parlamento brasileiro. Em vez da tendência do endurecimento, de encarceramento, há que se criar outro paradigma para a segurança pública, até porque — aqui os companheiros falaram também — a segurança é um direito de todos. Quem mora no Alto Vera Cruz não tem o mesmo direito à segurança de quem mora em outros bairros, com outro perfil, com outra renda, com outra composição social? Por isso, relacionar segurança pública com território, idade, classe social, gênero, raça, é fundamental. É fundamental! E também resgatar a ideia da segurança como direito de todos e dever do Estado, realizada por todos os entes da Federação — União, Estados e Municípios —, aí, sim, a emenda constitucional... É muito melhor, porque que a 171... Este estelionato está sendo vendido à sociedade como se fosse solução. Aí, sim, é rever esses parâmetros e buscar, também, uma relação com os demais poderes. Quem manda essa infinidade de pessoas para as prisões e os mantêm como presos... Metade dos presos, Deputado Luiz, estão presos provisoriamente. Esses mutirões já tiram 10%, 15%, 20% desses presos e os levam para outra modalidade de encarcerados para aguardarem o processo, o devido processo legal.

Então, acho que esse acordo com o Ministério Público, com o Judiciário, com a Defensoria e com a sociedade... Foi colocado aqui, e é uma lição também para todos nós, como jovens da sociedade tomaram para si a tarefa de apaziguar uma situação que estava dando um número enorme de mortes, e conseguiram com o



diálogo, com a conversa; é o papel que o Estado devia estar fazendo de forma permanente, com a prevenção.

Então, eu queria parabenizar os companheiros que estão aqui. Que eles também ajudem lá bastante a mudar esse clima no Congresso, que isso não leva a lugar nenhum, senão a mais tristeza para os brasileiros. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário Nilmário.

Passo a palavra à Dra. Nívia Mônica, representando aqui o Ministério Público.

A SRA. NÍVIA MÔNICA SILVA - Bom dia a todas e a todos. Eu tinha anotado milhões de coisas aqui para falar, mas felizmente as minhas falas foram sendo contempladas na fala do Flávio, do Evandro. Enfim de todos: do Chocolate, que eu não conhecia; posteriormente, na fala também do Deputado Cristiano; e agora, finalmente, do Secretário Nilmário. Então, de minha parte, vindo pelo Ministério Público, queria registrar e fazer um cumprimento especial aos congressistas, aos Parlamentares aqui presentes, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, por meio de quem, juntamente com o Flávio, que é uma pessoa que há muito vem me falando sobre o Alto, vem propondo parcerias ao Ministério Público. Eu não sei se todos sabem, mas ele trabalhou como trabalhador aprendiz, um menor trabalhador no Ministério Público, quando ainda adolescente. Então, lá as pessoas têm um carinho muito especial por ele. Ele tem buscado esse tipo de parceria. Ele e o Deputado foram os responsáveis pelo convite. Por isso, estou aqui. Eu nem gosto muito dessa palavra, mas acho que outra não pode expressar meus sentimentos, senão dizer que eu estou honrada mesmo de poder estar no território. Eu que também sou daqui de perto, sou da zona leste, mas acho que cada espaço, cada território tem uma história. Foi bacana dizer que se falou em memória, em autoestima coletiva, em muitas questões, que eu acho que são prioritárias quando a gente quer falar em prevenção.

Sinto que o tempo está esgotado, mas eu quero só dizer da instituição Ministério Público. Como bem disse o Deputado Nilmário, muitas vezes a gente contribui para o encarceramento, a forma como os processos chegam, é o papel do Promotor, mas também há segmentos dentro do Ministério Público — um deles eu venho representar aqui, que é a defesa das minorias — eu não acho correto a gente



dizer minorias —, esses grupos que historicamente viveram à margem das políticas sociais e dos direitos, dentre os quais a população negra faz parte. Então, há um núcleo que assessora, diretamente ligado ao Procurador-Geral de Justiça. Esse mesmo núcleo que nós coordenamos também trabalha no sentido de fiscalizar a atividade policial.

De alguma forma, é importante que haja um Deputado que tem experiência em segurança pública nesta Comissão, porque eu acho que sem trabalhar a segurança pública e o sistema de justiça a gente não vai andar nunca. Pode-se prevenir, mas se não conseguirmos responsabilizar as pessoas que atentam contra a vida de negros, porque às vezes há um desvalor, isso não é problema do policial, não é problema do Promotor que, às vezes dá menos importância para aquele inquirido e não encontra as diligências, é uma questão arraigada na sociedade.

E para construir uma política afirmativa no sistema de segurança pública — eu dizia isso antes —, acho que a gente ainda tem que avançar muito, discutir e conhecer esses números. Sabemos que os homicídios em geral não são investigados, e quem mais pena com essa não investigação são os não brancos. Isso tem que aparecer para a sociedade. Quando a gente vê que a pesquisa *DataSenado* mostrou que 56% das pessoas ficam mais assustadas quando veem um corpo de um branco vítima de homicídio do que outra pessoa, isso está no ideário de todos que trabalham, ou de grande parte. Isso tem que ser desconstruído, e talvez seja preciso uma política afirmativa específica na segurança pública.

Acho que também é importante pensar, como foi dito aqui, o espaço da rua. O direito à cidade tem que ser trabalhado também, ainda que de forma, vamos dizer assim, indireta pela Comissão, nos resultados, porque é lá que ocorrem as abordagens às vezes já direcionadas a um público, a um território, sobretudo quando ele está em outro território no qual ele não deve transitar. Isso tem que acabar. A cidade é de todos.

E por fim — eu estou numa correria danada —, eu não queria deixar de dizer que além do trabalho com o Ministério Público, com o sistema de Justiça, com a segurança pública, acho que trabalhar os meios de comunicação social é imprescindível. A gente não vai mudar nada no que diz respeito aos estereótipos que já estão sedimentados, no que diz respeito à discriminação que existe, tanto



pela classe quanto pela cor, se nós não estabelecermos limites aos meios de comunicação social.

Eu passava agora para o Evandro uma sentença, que felizmente, depois de uma denúncia do Ministério Público contra uma empresa, uma televisão, na Bahia, a moça, a entrevistadora — branca, claro — fazia mil chacotas com o entrevistado, suspeito de um crime. Foi uma coisa exagerada. Foram dois minutos de entrevista, um minuto e meio de chacota com a cara dele, e ela ria, ria e ria. Felizmente, algum Promotor atentou para isso e algum juiz deu guarida para essa preocupação, e essa emissora foi condenada. Isso tem que acontecer mais, mas tem que partir também de medidas mais genéricas que não dependam dessa iniciativa.

Enfim, deixo o telefone do MP, da Ouvidoria do MP, para qualquer caso de racismo, ou algum caso que não esteja sendo investigado adequadamente, ou qualquer outro tipo de demanda, relacionados ao tema tratado hoje nessa audiência. É um número fácil: 127. É o da Ouvidoria, mas colocando o tema em cima, ele vai direto para o setor responsável, que é o nosso. Agradeço muitíssimo a atenção de vocês, e saibam que eu aprendi muito aqui hoje. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dra. Nívia.

Passo a palavra para a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e depois nós vamos abrir a palavra a todos. A quem quiser se inscrever — tem o Robson... Os Deputados vão falar logo após a Relatora, mas todos no plenário terão direito à voz —, estou garantindo a inscrição.

Com a palavra a Sra. Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas — bom dia, não, já é boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes. Ontem, à noite, quando eu vinha para a cidade de Minas Gerais, ele me passou um *whatsapp* e disse: seja bem-vinda, Deputada, a Minas Gerais. Eu respondi a ele da seguinte maneira: eu é que me sinto privilegiada de estar indo para sua cidade, mas muito mais do que isso, trabalhar ao seu lado, porque é um homem honrado. Eu tenho podido aprender muito com ele nesses quase 7 meses de mandato. Estou exercendo o meu primeiro mandato como Deputada Federal, e o Reginaldo tem essa vasta e larga experiência em defender o direito do aflito, o necessitado, como, por exemplo, na PEC da



Juventude, no Estatuto da Juventude. Ele está sempre envolvido com esses temas que são mais inerentes a nossa sociedade.

Vou cumprimentar ainda a Mesa: o nosso sempre Deputado, Secretário, hoje, Nilmário Miranda. Eu não o conhecia também, estou conhecendo hoje, mas já sei que a sua história, a sua contribuição com o nosso País é de grande relevância; o Deputado Edson Moreira; a Dra. Nívia — ainda vou chegar a ela; o Deputado Zé Silva, meu companheiro de Casa, por quem tenho muito respeito pela também história, a forma como defende o povo — eu vi isso e vejo no dia a dia no Parlamento, mas no final de semana estava no Estado dele, a Paraíba, o Deputado Luiz Couto, um grande ativista do movimento de direitos humanos. Na sexta-feira, passei o dia com ele coletando informações sobre denúncias de violência, homicídio contra as mulheres, contra jovens. Vi lá o Deputado Luiz Couto com sua vida presa a policiais do Governo Federal, protegendo a vida dele. Ele o fez em nome de outras vidas, de outros valores. Ouvei também aqui de alguém da Mesa falando sobre a valorização da vida. Não sei qual foi dos meninos que falaram aqui, mas ouvi atentamente. O Deputado Cristiano, eu também o conheci hoje pela manhã; o Hugo; a Dra. Nívia, que muito me orgulha porque é uma mulher, pelo visto atuante, pela fala verdadeira. Eu fico feliz de estar ao seu lado porque é uma Mesa majoritariamente masculina, mas a senhora e eu aqui fazemos um pouco de contraponto e justiça. Então, eu fico feliz. Vou cumprimentar de forma mais respeitosa e carinhosa as mulheres; as mulheres que estão aqui, todas vocês aqui da comunidade, ou das instituições, ou do Estado, na pessoa da Larissa (*palmas*), que é uma jovem que também milita no movimento de igualdade e de mulheres e está sempre, de forma muito atuante, no Congresso, correndo para cima e para baixo. Eu a vejo ali com o Artur, com o Carlão; cumprimentar o Eros — Desculpe-me, Eros, se o deixei por último, mas eu estou aqui com o Secretário, que está me policiado: “*Faltou fulano, faltou...*” —; e cumprimentar os funcionários da Câmara.

Para mim é uma satisfação estar aqui. Eu não vou falar muito. Eu vim mais ouvir, porque acho que o papel mais importante, não menosprezando os meus companheiros, mas que vai dar realmente a solução para as políticas que nós queremos e estamos debatendo aqui, que é da Relatoria, no final fazer um relatório comprometido com a verdade, comprometido com o direito da população,



assegurando tudo aquilo que nós queremos através desse diagnóstico. Nesses dias todos que nós estamos trabalhando, não só na oitiva nos Estados — já fomos à Bahia, a Alagoas, ao Rio de Janeiro —, mas hoje aqui, ouvindo todos os agentes de universidades, acadêmicos, instituições, eu não vou voltar para repetir tudo que já ouvimos aqui. O Presidente fez uma explanação bem real, com toda a programação dos trabalhos, com todas as informações, com todos os conteúdos. Mas de tudo que eu ouvi aqui — eu fico anotando tudo, porque no final eu vou precisar de todas essas informações para realizar e concluir o relatório — eu achei que a experiência, que não sei se foi o André, que falou que se reuniu com vários empresários, que levou um grupo para um sítio e... É o Chocolate! Boa sugestão, não é? Mas vocês levaram um grupo para um sítio, conversaram, trocaram experiências, enfim, todas as falas aqui foram contempladas. Quando nós vemos aqui a importância de se falar da redução da maioridade penal, acho que a sociedade tem uma dívida muito grande com a nossa juventude negra, com a nossa juventude pobre. É muito fácil hoje só sentenciar a questão da criminalidade seja com 17, com 18, com 16, com 14. Eu passei uma parte da minha infância morando dentro da favela de Vigário Geral. Eu vi jovens lá, Secretário, há 30 anos, vi jovens com fuzil, com 10 anos, 11 anos, não tinham força para segurar um fuzil. Então, isso não é de agora. Isso é uma dívida antiga que nós precisamos recuperar com várias ações, com vários eixos, como já foi colocado aqui com muita educação; agora a educação tem que ser de qualidade, e para todos, educação tem que ser igual para todos.

Alguém falou aqui que a sociedade se preocupa muito quando vê um jovem negro de periferia junto com seu jovem na mesma sala de aula, estudando com seu filho. Isso incomoda e incomoda mesmo, porque nós, negros e negras, sabemos o preço que passamos, a dificuldade que temos. Eu mesma, quando entrei aqui, alguém me perguntou se eu era assessora do Reginaldo ou do Edson. Eu disse *“Eu sou, não tenho problema nenhum em fazer assessoria, porque eu trabalho para o povo, eu recebo meu salário oriundo de vários impostos.”* (Palmas.) Então a sociedade nunca pode nos ver, a sociedade não consegue nos ver, negros e negras, como alguém que está sentando numa mesa como essa, relatando uma CPI como essa. E não foi só aqui. Quando eu estou mais à vontade, que eu boto uma calça



jeans, uma camiseta e um tênis e vou tomar um cafezinho, alguém me pergunta no balcão sempre a que horas vai fechar o estabelecimento, quanto é o café.

Isso nós precisamos acabar na sociedade como um todo. Não é só na polícia, não é só nos órgãos do Estado, mas a sociedade tem que ver as pessoas pretas como pessoas iguais. A nossa cor da pele não pode ser fator definitivo para sentenciar um jovem negro, ou uma negra, porque tem a pele escura. Eu não aceito isso, eu não aceito isso! Eu fico indignada com isso. Eu tinha tudo para dar errado. Como eu já falei para vocês, eu fui criada numa favela, já fui criada na rua. E eu gosto de falar isso por onde eu passo e para onde eu vou. Eu gosto de falar porque nossos jovens hoje também estão carentes de ver bons exemplos, principalmente no Parlamento, onde os Parlamentares deveriam dar bons exemplos e não dão. *(Palmas.)* Aí vêm com uma reforma meio monstrela falando que precisa mudar o sistema, precisa mudar o jeito de captar recursos, precisa mudar tudo. Eu dizia que precisa mudar é o perfil dos representantes que vão para aquela Casa. Não é o sistema. O povo não está preocupado se o sistema é distritão, distrital, misto. O povo quer ver, por parte dos políticos, exemplos. E eu fico muito feliz de ver ações e exemplo como o dele de pegar os jovens à margem da sociedade e dizer para eles que há chance. Há porque eu estou aqui, eles estão aqui, o que nós precisamos garantir é espaço e dar exemplos para essa sociedade que acha que para ele não há perspectiva, que não há jeito, que já está condenado a um estado de fracasso e está falido.

Eu estou fazendo esse relatório, estou dando o melhor de mim, estou participando de todas as audiências, porque eu quero ver e ouvir, eu quero ser a voz de todos aqueles que um dia foram, infelizmente, marcados de forma negativa com ações do Estado como nós estamos vendo hoje. Muitas vezes, quem faz o papel do Estado são as igrejas, seja a igreja evangélica — eu sou evangélica —, seja a igreja católica, sejam os terreiros de macumba, de quimbanda; enfim, são essas entidades que fazem, hoje, o papel do Estado, e isso também está errado. E está errado por quê?

Nós somos os culpados — já vou concluir a minha fala —, porque na hora de votar, nós votamos errado. Na hora de encaminhar a nossa força, a nossa arma, que é o nosso voto, nós não nos importamos. Aí, depois, qual é o resultado disso? É um



sistema prisional lotado de jovens negros. Você vê os trens cheios. Qual é a maioria da população que está nos trens cheios? São pessoas negras. Você vê hoje as pessoas que são analfabetas. A maioria somos nós, negros e negras, e nós precisamos mudar isso. Precisamos mudar com coragem, e a coragem, a nossa coragem, tem que estar pautada, assegurada, no nosso voto.

Então, eu estou muito satisfeita de estar aqui, sinto-me muito honrada, e espero poder, ouvindo o que vocês falaram, dar uma contribuição importante ao nosso relatório. Bom debate, bom dia, desculpem se eu me estendi. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero desfazer esta Mesa porque eu vou convidar os Deputados para compor a nova Mesa para ouvirmos a comunidade. O Nilmário fica aqui com a gente, o Cristiano, a Relatora... Fiquem aqui conosco.

Quero convidar o Deputado Luiz Couto, o Deputado Zé Silva e o Deputado Eros Biondini para compor, aqui, e fazer a sua intervenção. Há 10 inscritos: Júlio Cezar, Gabriel Damaso, Larissa Borges, Míriam Alves, Maria do Carmo, Amália Coelho de Souza, Priscila Regina, Rodrigo Marzano e Marcelo Nepomuceno. Tem mais alguém que solicitou inscrição?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah sim. Você se inscreveu aqui, com minha secretária, não é? Ivan Mateus. Mais alguém? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Eros Biondini. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Bom dia a todos e a todas. Quero, rapidamente, cumprimentar nas pessoas da Rosângela, nossa Relatora, e do Reginaldo, não só a Mesa, mas os membros da CPI, principalmente, por este belo trabalho, não só se dispondo a estar nos lugares onde as políticas públicas devem acontecer e, mais do que isso, estando onde, realmente, os agentes que ali estão sejam os grandes colaboradores e possam ser os protagonistas nessa construção. Além disso, a CPI tem, efetivamente, e até comparativamente com outras, conseguido também levar a Brasília pessoas e Lideranças relevantes nessa discussão.

O Deputado Reginaldo e a Deputada Rosângela nos representam muito bem. Eles estão de parabéns. Esta CPI, com certeza, deixará uma marca nesta



Legislatura da Câmara dos Deputados e até, eu digo, do Congresso Nacional. Esta CPI deixará uma contribuição histórica.

Eu também posso dizer, como a Deputada Rosângela — ao ouvir, principalmente as Lideranças, aqui, os meninos que moram aqui na região — que eu também sou uma pessoa que tem certo convívio aqui na região, mais por causa do movimento da igreja, com o Padre Elias, quantas vezes junto com o Cláudio, do Mundo Novo, está ali o Marcelo, nós temos essa relação.

Eu nasci aqui em Belo Horizonte, fui criado na Praça 15, ali na Lagoinha. Na minha adolescência também passei pelas drogas. Tive a oportunidade de me ver livre delas por causa do trabalho realizado na igreja, por causa dessa mão estendida, de fraternidade e de solidariedade, e que goza do meu respeito profundo. Há 25 anos tive a chance de buscar um rumo novo na minha vida, e há 10 anos tive a oportunidade de estar como representante, como esses que aqui estão, do nosso povo.

O que eu quero deixar aqui de contribuição é, primeiro, dizer que vocês, com a fala de vocês aqui na Mesa, vocês nos dão um direcionamento, um testemunho autêntico e, além da oportunidade de termos os dados que nós já arquivamos, os dados aos quais qualquer pessoa pode ter acesso, os levantamentos, os diagnósticos, vocês nos dão o caminho.

Eu até discordo um pouco da nossa Deputada Rosângela — só em um ponto, Deputada —, apesar de, realmente, a comunidade realizar aquilo que o Estado deveria fazer. Realmente é isso mesmo. É por isso que, como foi dito aqui, em torno de 80% dos jovens que hoje se recuperam das drogas o fazem em comunidades terapêuticas com, na maioria delas, inspiração cristã, seja evangélica, seja espírita, seja católica, seja a APAC, que também é uma associação de proteção e assistência ao condenado. Mas, ao mesmo tempo em que nós temos que cobrar do Governo e do Estado a sua responsabilidade pelas políticas públicas, nós temos que valorizar as instituições e as associações que são vocacionadas a realizar aquilo que o Estado, mesmo que quisesse, não teria a vocação para fazer.

Há pouco tempo mesmo nós entramos em um embate. O Estado não é aquele que detém o *know-how* e a metodologia da recuperação dos nossos dependentes químicos. E, de repente, há uma discussão lá, entre aqueles que não



trabalham em campo, querendo cercear o modelo de recuperação, intervir no modelo de recuperação. É como se amanhã, como disse aqui o nosso Deputado, o Estado descobrisse a APAC — que é até um perigo se tornar uma propaganda, um marketing, caro Secretário, suas palavras também foram muito sábias — e agora opa, mas nós queremos do nosso jeito, interferir na APAC, não é? Excluindo e anulando a história dela com a pastoral carcerária, que ralou ali para ter esse vínculo com o privado de liberdade.

Por isso eu digo: enquanto nós devemos cobrar do Estado, sim, a sua participação, nós temos que exigir também que o Estado nos dê, como foi falado aqui por vocês, instrumentos para nós realizarmos na comunidade aquilo que nós sabemos fazer. Quando eu falo nós, refiro-me a vocês. Vocês é que sabem fazer. Vocês têm que ter o respeito e têm que ter os instrumentos para realizar aquilo para que vocês são vocacionados.

Quando eu era Deputado Estadual, 100% das minhas emendas eram fracionadas para instituições sociais e caritativas. Eram 15 mil para um asilo vicentino, 20 mil para uma creche, 40 mil para uma associação que cuida de crianças carentes com câncer, eram não sei quanto para uma comunidade terapêutica. Agora, você investe 20 mil em um asilo vicentino, por exemplo. Se você investir 300 mil para o Estado fazer uma política de idosos, ele não é capaz de fazer com a mesma qualidade. Ou seja, nós temos que dar a condição para que a comunidade tenha legitimidade e tenha condição de protagonizar as políticas públicas.

Como disse a Relatora Rosângela, realmente, nós temos que exigir do Estado, mas, ao mesmo tempo, se o Estado cismar de tirar aquilo que você já tem de qualidade, de conhecimento, de iniciativa, e ele interferir, descaracterizando, estarão fadadas ao fracasso muitas das suas ações. Por isso, tem que haver essa harmonia, essa sintonia.

Para finalizar, corroborando as palavras aqui, do Secretário Nilmário, o que no Brasil hoje nos preocupa é a cultura da violência. O Brasil entrou em uma cultura de ódio que vai muito além do assassinato de jovens negros. O Brasil, hoje, exacerbou de tal forma, Secretário Nilmário, que partidos políticos vivem em clima de ódio. Igrejas, minorias — e, pior, Lideranças que muitas vezes fazem desses discursos a



sua militância para se reeleger — incutem no meio da sociedade uma cultura de ódio. Ou seja, eu sou, vamos dizer, um jovem negro, e a minha forma de reagir, muitas vezes, é incentivada, é motivada através do ódio. Eu sou um homossexual, eu sou incentivado a reagir àqueles a que chamo de homofóbicos com uma agressão, como a que houve, por exemplo, poucos dias atrás com o símbolo da cruz, o símbolo mais sagrado, vamos dizer, dos cristãos. Os nossos irmãos homossexuais ou algum deles teve essa ideia. Por quê? Porque nós estamos numa cultura de ódio. Então, eu quero desabafar contra aqueles que são homofóbicos. Como é que eu faço isso? Aí vem a cultura do ódio. Eu pego o maior símbolo, que é a cruz, e faço um deboche do Cristo crucificado.

Então, nós precisamos construir, através desta CPI também, uma cultura da paz. Nós não podemos aceitar esse discurso de redução da maioria penal. Nós temos que dar condição aos nossos jovens.

E, da minha parte, o que eu quero deixar para vocês é que eu gostaria de estar mais inserido com vocês aqui em Belo Horizonte. Quando eu venho aqui no Alto Vera Cruz, eu vou a todas as vilas e favelas, não tem nenhuma a que eu não tenha ido, mas vou mais como missionário, vou mais para um encontro da Renovação ou para uma missa com o padre ou para dar uma mensagem para os jovens no ambiente da igreja.

Mas eu queria estar mais inserido com vocês no dia a dia, porque vocês realmente têm muito a nos ensinar, ouviu, Chocolate? Você é muito sábio, e, através de você, falo dos outros, dos nossos líderes aqui. Vocês são muito sábios e nos ensinaram muito nesta audiência. Vocês é que têm essa colaboração a nos dar, e nós temos que, através desta CPI tão bem conduzida pelo Deputado Reginaldo Lopes, nós temos que dar condições a vocês de serem os protagonistas dessas políticas públicas.

Obrigado. Que Deus abençoe a todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Eros Biondini, pela contribuição, pela participação na CPI, pela dedicação e também pela presidência na Frente das Comunidades Terapêuticas e APACs.

Quero convidar e passar a palavra para o Deputado Zé Silva.



O SR. DEPUTADO ZÉ SILVA - Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentá-lo, Deputado Reginaldo Lopes, pela liderança desta nossa CPI, quero cumprimentar aqui a nossa Deputada Rosangela Gomes, o Secretário Nilmário Miranda. O Nilmário é sempre a nossa referência, quando falamos de direitos humanos. Quero cumprimentar o Deputado Cristiano, o Deputado Eros Biondini. Eu tenho falado para ele, Luiz, para ele sempre nos abençoar. E quero cumprimentar cada um de vocês. Eu, até para não ser repetitivo, queria aqui me dirigir a todos, mas, claro, ao Chocolate, ao Evandro, aos que estiveram na Mesa, e eu pude ouvi-los.

Não só o Brasil, Reginaldo, mas o mundo faz opção por não tratar as causas dos problemas que a sociedade enfrenta. Nós vimos ontem, nós vemos na mídia a questão dos africanos que estão migrando para a União Europeia. Mas por que essas pessoas estão migrando? Porque há uma grande diferença. Eu, inclusive, tive acesso a alguns que estão no Acre; eles, com o coração partido, por terem deixado seus familiares, escrevem poesia, escrevem artigos. Então, se eles estão deixando a África, é preciso que o mundo, a União Europeia cuide da África, para que ninguém deixe a África. A mesma coisa, Nilmário... Eu acho que é fundamental nós também ligarmos... Por que o Brasil vive esse momento? Vocês veem que, em Pernambuco, onde houve política pública tratada pessoalmente pelo Governador, que era o Eduardo. Foram 58 negros mortos, não é, Deputado Reginaldo?

E eu quero cumprimentar a Deputada Rosangela Gomes, viu Deputada? O Brasil precisa de exemplos, mas, talvez, não do exemplo só de 1 em 1 milhão que deu certo. Olhar um jogador de futebol, que é muito louvável, olhar um cantor. Mas acho que a gente precisa de exemplos da vida, do dia a dia. Então, por isso quero cumprimentá-la, por falar da sua história de superação, como exemplo para os jovens e para nós que estamos nesse movimento.

Para ser mais objetivo ainda, Deputado Reginaldo, o que me fez vir a esta CPI como Parlamentar foram dois motivos. O primeiro deles é a nobreza da causa, é a urgência com que o Brasil precisa do Parlamento brasileiro. O segundo objetivo foi a minha origem também. E falando dessa origem é que eu acho que eu vou falar da causa.



Eu nasci na roça, morei na roça até 17 anos, fui para a escola já com 10 anos de idade, fui registrado aos 11 anos de idade, e superei pela educação.

E eu acho que aí está a causa dos problemas das médias e grandes cidades. Até a década de 70, 85% da população estava no campo e 15%, na cidade. Hoje, Reginaldo, nós temos 85% na cidade e 15% no campo. Inverteram-se esses percentuais. O Brasil achou que todo mundo tinha que vir para as cidades. Senão, não seria uma grande Nação. Achou que todos nós, da roça, do Nordeste, das regiões mais carentes do País, tínhamos que vir para Belo Horizonte e para São Paulo, trabalhar nas fábricas de automóveis, de móveis, de eletrodomésticos.

Então, hoje, essas pessoas que saíram da roça, como eu saí, e vieram para a cidade, o que encontraram aqui? Encontramos aquilo... E me parece que foi a própria Rosângela que disse: a mãe vai trabalhar, o pai vai trabalhar, e os filhos ficam com quem? O Estado não cumpre o seu papel, não tem creche, não tem escola em tempo integral, não tem opção de lazer, não tem opção de cultura.

Então, por isso, Reginaldo, eu estou nesta CPI, para continuar no movimento que eu farei toda a minha vida, porque é preciso que haja esse equilíbrio também com a gente da roça, o pessoal do campo. A melhor escola está na cidade, asfalto está na cidade, Internet está na cidade, os lugares para as pessoas se divertirem estão na cidade. Então, eu brinco: até eu que sou bobo saí da roça. Só que, quando nós viemos para a cidade, eu tive que trabalhar. Como? Eu tive que vender picolé. Qualquer profissão é digna, mas eu já fiquei em desvantagem em relação ao menino que estava na cidade, que podia fazer outra atividade.

Então, por isso, Reginaldo, eu queria estar presente aqui na cidade, mas queria discutir também... Essa mesma violência do Estado está acontecendo nas nossas comunidades rurais. Eu estava no Vale do Jequitinhonha até sábado à noite. Em distritos que não têm nem duzentas casas, já chegaram as drogas e as mazelas sociais. E essas pessoas ainda sonham em vir para a cidade. Quando chegam aqui, é pior ainda, porque a cidade não está preparada para recebê-los.

Então, eu queria deixar aqui para a nossa Relatora toda essa história, todo esse trabalho, e me colocar à disposição, também, para ajudar, contribuir com o seu relatório, porque, se nós não dermos ao campo... Se as pessoas, os jovens puderem ficar no campo, e não serem fixados... Falamos em "fixar" o homem no campo e a



mulher no campo. O que se fixa é poste, é construção. Para as pessoas, criam-se oportunidades.

Então, por isso, Reginaldo, quero cumprimentá-lo e, como disse aqui o Deputado Eros Biondini, quero também me colocar à disposição e conviver por todos os lugares onde é preciso que o Estado esteja mais presente, não só tratando das causas rurais, mas tratando das causas de que o Brasil precisa tratar. E, com certeza, Deputada, não é de reforma política, tributária e fiscal que o Brasil precisa. Precisa de uma reforma moral e ética. E não interessa de onde virão as pessoas, de onde virão os recursos. Mas é preciso uma reforma nossa, da gente, e começa pela juventude. E, com certeza, esta CPI vai cumprir o seu papel, mudando a Carta Magna brasileira para dar direito a quem precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Zé Silva, pela participação e também pela dedicação ao trabalho da CPI. Quero agradecer, também, à Presidente Simone Albuquerque, que está representando o Deputado e também hoje Secretário de Desenvolvimento Social, André Quintão.

Quero passar a palavra para o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia a todos e a todas. O pessoal diz que, quando a gente dá bom dia e não tem a resposta, não fica partilhado, não é? Bom dia para todos e para todas!

(Bom dia!)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É isso aí. Eu queria só me apresentar, dizer que eu sou padre, sou professor universitário aposentado e sou Deputado Federal. São quatro legislaturas como Deputado Federal e duas como Deputado estadual. Sou defensor dos direitos humanos há muito tempo, aquilo que para nós representa melhor o nosso perfil.

E eu queria chamar a atenção para algo que é importante. O companheiro colocou aqui com clareza, e nós ouvimos as pessoas aqui na Mesa dizer que nós devemos acabar com essa cultura do ódio, um ódio de raça mesmo, de querer destruir crianças, adolescentes. Nos últimos 10 anos, a faixa etária que mais cresceu em termos de homicídios foi a de 10 a 14 anos. Então, nossa infância está sendo dizimada, nossos adolescentes estão sendo dizimados, nossos jovens estão



sendo dizimados. E aqueles que conseguiram se livrar estão presos nas cadeias, nas penitenciárias — de cada 100, 63 são jovens de 18 a 29 anos. Então, querem acabar, é um genocídio contra aquele que é negro, é pobre, que mora na periferia.

Enfim, nós precisamos acabar com essa cultura de ódio e estabelecer a cultura de paz, lembrando agora uma frase do nosso Dom Hélder Câmara, que foi Arcebispo de Olinda e Recife e que está em processo de beatificação. Ele diz uma coisa: que nós nos esquecemos de fazer o nosso papel fundamental, que é cuidar das pessoas, cuidar da natureza, cuidar do relacionamento. E cuidar é como educar. Quando se educa, nós cuidamos das pessoas, cuidamos das relações sociais, das relações humanas.

O escritor espanhol fez uma análise, o José Antonio Pagola, que nos chama a atenção. Ele diz que o problema da humanidade é que ela deixou de ser humana, ela perdeu os valores humanos e ela passou a ser uma humanidade desumana, desumanizante e desumanizadora. E é isto que temos que recuperar: os valores humanos da solidariedade, da fraternidade, do afeto, do respeito ao ser humano.

E lembro que muita gente diz que muitos são mortos porque resistiram. É o chamado auto de resistência. E nós lutamos para acabar com isso, para demonstrar que não é assim um auto de resistência. Eu tenho um dado de Pernambuco, que diz o seguinte: “Policiais mortos fora de serviço: 46, nos anos 2013, 2014 e até abril de 2015. Não informado — ou seja, o inquérito não informou: 25”. Sabem quantos estavam em serviço? Nove. Isso significa que esse auto de resistência é um elemento que existe para fazer a defesa daqueles que matam. E nós temos que fazer a cultura da vida e não a cultura da morte.

Nesse sentido, para que nós possamos ouvir mais... E eu disse que não iria falar pouco, porque a minha tese é a de que, quando alguém diz, nunca obedece.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado, Luiz Couto.

Passo a palavra para o nosso companheiro Júlio César, Presidente da Associação dos Moradores do Alto Vera Cruz. Depois, o Sr. Ivan.

O SR. JÚLIO CÉZAR PEREIRA SOUZA - Boa tarde a todas e a todos. Eu também, antes de fazer mesmo a intervenção, quero registrar aqui algumas



presenças importantes, pessoas que contribuem muito para a gente poder melhorar os dados positivos que a gente tem aqui. Já foram citados aqui todos, o pessoal da Escola Israel Pinheiro, todos que estavam aqui e não estão mais, mas são pessoas importantes.

Nós fizemos a primeira caminhada pela paz no Alto Vera Cruz em 1993, em função de um problema de violência na Escola Israel Pinheiro. Desde então, vimos construindo ações conjuntas aí. Aqui, nós estamos num espaço no qual muita gente aqui pode dar aula em termos de cidadania, de contribuição para melhorar a qualidade de vida das pessoas, principalmente da juventude. Já foram citados o Léo, que já está saindo, que está lá na frente; o Quinzinho, que está aqui, o pessoal do CIAME aqui em geral, que sempre foi uma referência para a comunidade, eu acho que isso é muito importante também; a Valdete, que não está mais aqui entre nós, mas foi uma das principais pessoas, com a qual eu inclusive comecei a militar e a trabalhar junto, sempre foi uma defensora da vida, dos direitos da juventude, atuou muito aqui no CIAME e também na Associação. É uma pessoa que precisa ser lembrada também como alguém que contribuiu muito.

Eu acho que é oportuna essa intervenção aqui. Eu acho que o pessoal que estava na Mesa colocou informações muito importantes, colocou principalmente exemplos que conseguem fazer a diferença e que levam a gente a refletir sobre como é investido, como são feitos os investimentos do recurso público, para de fato haver um resultado.

Primeiro, o País é racista mesmo, muito racista. É o primeiro movimento no qual comecei a militar em 1995. Fui à Marcha dos 300 anos, Zumbi dos Palmares. Depois, em 1997, junto com a Larissa, que está aqui, e outras companheiras da cidade, e mais alguns que estão aqui — Fred, Francis e Flávio —, nós criamos o Movimento da Juventude Negra e Favelada. Fizemos grandes encontros na cidade de Belo Horizonte. Foi um exemplo para o Brasil inteiro. A gente chegava e colocava de fato as questões, porque o Movimento da Juventude Negra e Favelada tem toda uma diferença de ser jovem, de ser negro e de ser favelado.

Nós vivemos num país que tem o racismo mais pesado de todos, que é o velado. A gente vive aqui sob a falsa democracia da igualdade racial. É falsa, o Brasil é racista. Infelizmente, a cultura que é desenvolvida em relação ao racismo



neste País é disseminada principalmente nas comunidades nas quais a maioria de nós é negra, como o Alto Vera Cruz e como a maioria das favelas da cidade e fatalmente a maioria das favelas do Brasil. O País tem 56% da sua população formada por negros. São 48 milhões de jovens e sua maioria é negra. Eu não sei se esse dado é verdadeiro, mas ouvi dizer que mais de 80% dos jovens estão nas favelas e são negros. São moradores de vilas e favelas.

Já foi falada aqui a relação com o Estado através da polícia. Foi falada uma série de questões aqui, que são dados reais também. E aí que eu queria entrar. Eu sou favorável à política de cotas, eu sou favorável a tudo que beneficie a população negra, não pelo discurso que é feito aí, porque eu acho que isso aí não contribui com nada, mas porque o Estado brasileiro é obrigado a admitir — quando implementa uma política de cotas, seja para a universidade, seja para qualquer outra frente na qual temos a necessidade de ter cotas — a reconhecer a falha, a ausência do Estado por mais de 400 anos, 500 anos de racismo, neste País, onde boa parte da sua população não era nem considerada gente, era considerada coisa.

Então, a política de cotas para a população negra só está nada mais nada menos do que obrigando o Estado a reconhecer a sua falha, o seu desmazelo para com a população. E a população negra é inteligente, é bonita e não tem oportunidade, porque a gente vive também neste País um processo no qual negros, brancos e mestiços vivem, que é o problema da luta de classes. Nós temos os que têm mais comida do que apetite e os que têm mais apetite do que comida. São 85% da população brasileira pobre contra 13% a 20% de população rica.

Quanto à distribuição de terra, nós aqui lutamos. E o genocídio da juventude negra tem a ver com uma série de outros fatores. Por exemplo, 49% das terras neste País pertencem a 1% da população. Nós temos hoje uma situação em que a maioria das pessoas está sem casa e há um déficit habitacional de quase 15 milhões de moradias neste País, onde a grande maioria, que não tem acesso a moradia, é formada de negros e de moradores das vilas e favelas.

E as favelas neste País também são resultado de racismo contra a população negra. Quando foi assinada a Lei Áurea, no final do século 19, foram empurrados para as favelas, para os fundos de vales, para os morros, e aí a falta de política desde aquele período levou ao que a gente tem hoje.



De 1975 para cá, a ditadura militar foi responsável pelo genocídio da população negra, pela pobreza da população negra neste País. Desde 1975, os grandes vazios urbanos também empurraram a população negra para o canto, e a juventude negra nunca teve oportunidade. Então, o genocídio da população negra e da juventude negra é resultado de falta de política pública neste País.

Eu queria aqui fazer uma proposta. Eu queria parabenizar o Reginaldo, os Deputados, o Nilmário, a comunidade, todo o mundo que está aqui, que veio, por fazer isto aqui. É simbólico para nós. Nós estamos aqui numa campanha em que estamos combatendo um preconceito, que é dizer que o Alto Vera Cruz é o bairro mais violento de Belo Horizonte. Não é verdade. Pode sair qualquer um aqui e andar o bairro inteiro agora de manhã, à tarde e à noite, que não vai ser molestado. E o problema da violência — é óbvio que tem —, mas é igual à de outros lugares, e a gente está querendo combater esse tipo de coisa.

É o preconceito que leva ao genocídio, porque a própria comunidade, por não ter acesso à informação, por terem plantado na cabeça dela que ela é menor, que ela é pobre porque ela é negra, ela mesma tem preconceito contra si mesma. Esse é um problema que a gente enfrenta aqui. A gente convida, chama as pessoas para participarem, e elas entram num tipo de educação que já foi construída e costurada aqui no Alto Vera Cruz e em qualquer outra favela do Brasil, pela qual ela aprendeu a se contrair, a não assumir a sua negritude, a não entender o que significa isso num processo de disputa de espaço na sociedade. Então, o genocídio é resultado da falta de política.

A minha proposta é que criemos aqui e que fique aberto a quem quiser participar. E eu estou muito feliz, porque é a primeira vez em muitos anos no Estado de Minas Gerais. E agora nós temos, sim — eu estou aqui falando porque eu acredito nisto —, um Governo comprometido a partir de agora com esse tipo de política. Temos aqui um Secretário que tem compromisso com esse tipo de política. E, na minha opinião, a gente deveria criar uma forma de “política transversalizada” — está ali a gerente de políticas sociais da região, está aqui o Nilmário —, pela qual a gente consiga unificar todas as frentes que produzem política pública neste Estado, para sentar junto e discutir. Não dá só para a gente ficar discutindo política de segurança pública da forma como ela vem sendo discutida.



Nós precisamos nos sentar e unificar todo o mundo, de todas as frentes, inclusive os Parlamentares. Inclusive há Parlamentares que estavam aqui presentes, que são a favor da redução da maioria penal, são a favor de política que exclui a população negra e estavam aqui no Alto Vera Cruz pedindo voto. E vieram aqui e pegaram voto do Alto Vera Cruz. Então, não adianta as pessoas falarem que têm compromisso com a comunidade. Vêm aqui, levam os votos da comunidade e não têm comprometimento, não se preocupam, sendo um Parlamentar, em estudar, em compreender o que significa a redução da maioria penal. Negam inclusive estudo de 36 países do mundo nos quais a maioria penal foi reduzida e se voltou atrás, porque essa redução não tem efetividade. E 1,8% dos crimes cometidos no Brasil é que são cometidos por adolescentes entre 16 anos e 18 anos.

Então, eu acho que a gente deveria construir política pública de fato, e não só a Secretaria de Segurança Pública. A gente tem que discutir gestão de inovação de política, pegar políticas como essas que tratam dessa comunidade excluída, como a juventude negra, entender esse processo das comunidades terapêuticas, a sociedade civil que está envolvida nisso hoje, as pessoas que atuam nas igrejas e que estão de fato tendo um resultado concreto, e tem que sentar todo o mundo junto para produzir. Deveria haver prêmio de inovação em gestão pública na Secretaria do Nilmário, que deveria inclusive — é a minha proposta — chamar outros entes do Governo para sentar e discutir, porque não adianta só quem já mexe direto com a política, que está nessa frente, debater a questão de melhorar o problema do genocídio ou não da juventude negra, não adianta só a Secretaria do Nilmário, com a Cleide, com a Larissa, com o Secretário de Juventude Adjunto, que está aqui. A Secretaria Adjunta de Juventude tinha que ir para dentro das escolas, tinha que ir para dentro das comunidades entender e escutar o Chocolate mais vezes, escutar outras pessoas aqui da comunidade — o Renegado, o Francis, o Dé, todo o mundo —, para isso poder fazer parte da construção de uma política pública de qualidade efetiva, que é isso que vai acabar com o genocídio da juventude negra.

Só para encerrar, a polícia e outras representações do Estado que têm essa relação direta, para poder ingressar numa frente dessas, deveria ter um processo de formação mais humanizado. Você conversa com o agente penitenciário, você conversa com o policial, alguns estão mudando, alguns mínimos, mas a grande



maioria é uma fala, é a construção de uma cultura completamente avessa a esse tipo de discussão que a gente faz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Queira concluir.

O SR. JÚLIO CÉZAR PEREIRA SOUZA - Então, nós não temos condição de alterar nem mudar nada, se a gente não começar a envolver todos, inclusive a polícia, para saber qual de fato mesmo é o seu papel.

Assim, a contribuição que a gente queria deixar aqui é essa. Parabéns à CPI! Eu acho que a gente poderia trazer depois o resultado disso, Reginaldo, fazer outro debate aqui em outras oportunidades, mesmo que não seja oficial, para a gente poder pegar mais dados. Talvez a gente consiga trazer mais pessoas para poder ouvir e debater melhor essa política tão importante para nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Júlio. A ideia da CPI é esta mesmo: produzir relatórios preliminares e vários projetos de lei. Nós vamos voltar depois às comunidades para debatê-los e aperfeiçoá-los com vocês.

Começa uma audiência pública às 13h30min na Assembleia. Então, nós estamos aqui, daqui a pouco temos uma coletiva, mas nós estamos aqui para ouvir a todos.

Quero passar a palavra ao Sr. Ivan Mateus Dutra.

O SR. IVAN MATEUS DUTRA - Em primeiro lugar, quero me apresentar. Meu nome é Ivan Mateus. Eu sou Presidente do Conselho Distrital de Saúde Leste. Represento aqui os três CRAS do Alto Vera Cruz. E também sou do Conselho de Assistência Social. Eu, inclusive, fiquei um pouco chocado e não entendi por que os CRAS não estão sendo representados aqui neste local. A gente gostaria que todos os CRAS estivessem presentes, as escolas em peso realmente para podermos ouvi-los.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar os Exmos. Srs. Deputados Federais e Estaduais e todas as autoridades presentes neste recinto. Para a gente, é a primeira novidade que acontece realmente dentro do Alto Vera Cruz: vemos tantos Deputados Federais aqui dentro da nossa comunidade, porque a nossa comunidade realmente está precisando de muita coisa. Isso é muito importante.

Mas eu queria fazer um pequeno relato sobre esse problema da violência, que é uma coisa muito importante. Eu, como Ivan, o meu nome é Ivan Mateus,



realmente há pouco tempo, há uns 4 anos, eu tive um filho que infelizmente mataram com dois tiros pelas costas a dois quarteirões aqui em cima — infelizmente. Agora, há menos de 2 meses, uma neta — eu tinha uma neta de 14 anos — arrumou um namoradozinho aqui no Taquaril, e infelizmente veio um maldito de um tal de *site* que tem por aí, um *site* chamado *Suicídio Coletivo*, infelizmente, e esse *site* acabou que levou a vida desse rapaz, com 19 anos, e, na mesma semana, levou a vida da minha neta, com 14 anos. Até hoje realmente eu não esqueci, porque tem apenas 2 meses. Isso foi muito lamentável. Infelizmente, nesse mesmo *site* ainda existem 1.800 jovens inscritos para serem mortos, infelizmente — 1.800 jovens. Essa juventude... Infelizmente é um *site* que vem de fora, não sei de onde vem. Ensina até como se faz o laço no pescoço para a pessoa se enforcar, igual ao que aconteceu com esse namorado da minha neta e aconteceu também com ela. Todos os dois morreram enforcados. Cheguei em casa, estavam os dois mortos lá. Isso para a gente foi uma coisa muito lamentável, muito triste. Ainda não esqueci até o dia de hoje.

E quero parabenizar também todos os meus colegas da própria comunidade presentes que tiveram o objetivo de trazer vocês aqui dentro da nossa comunidade. Isso é muito importante. Eu, por exemplo, fui um dos primeiros moradores desta região. Eu mudei para cá em 1970 — moro logo aqui em cima —, estou aqui até hoje, sou morador. Só de liderança comunitária, eu tenho 35 anos dentro de toda a Regional Leste de Belo Horizonte e em todo o Brasil, não só na Regional Leste, mas em todo o Brasil. Já percorri o Brasil de canto a canto também.

E eu queria deixar uma mensagem importante hoje, como é uma CPI, para os nossos Deputados Federais que estão lá em Brasília, que estão nos representando: muitas vezes, igual ao que outros colegas já disseram aqui, quando chega o dia da eleição, aparece Deputado de todas as partes do País, infelizmente, ou felizmente, pegando voto da própria comunidade, e nunca mais a gente vê esses Deputados. Então, para nós, é muito importante hoje a gente estar vendo esses Deputados todos aqui sentados nessas cadeiras na nossa própria comunidade.

Gostaria que vocês levassem uma mensagem para Brasília, uma mensagem muito importante: não olhem somente os jovens negros, não olhem somente os



jovens brancos, olhem toda a juventude do Brasil, não deixem a nossa juventude morrer, como está acontecendo em várias partes do País.

Eu estive conversando com o Presidente há pouco tempo, e ele até me disse que vai olhar essa situação do *site*. Quando vemos um *site* numa situação dessas, destruindo a nossa juventude... Pelo amor de Deus, entrem em contato com o *site* nos Estados Unidos, para não trazerem isso para o nosso País e acabarem com a nossa juventude.

Isso também significa o seguinte: não adianta, por exemplo, o Presidente da República, os Deputados Federais olharem somente os jovens. Eles têm que olhar também as famílias, porque muitas vezes os senhores lançam programas para os jovens, mas não lançam um programa para a família. Hoje as mães, principalmente, saem para trabalhar e largam os seus filhos sozinhos dentro de casa. Seus filhos ficam 12 horas ligados no computador, na Internet. Há muita coisa boa hoje na informática, mas, infelizmente, também há muita coisa ruim.

Por esse motivo, eu gostaria que vocês, Deputados, olhassem rigorosamente essa situação de incentivo que vem de fora para a nossa juventude. E esperamos que tragam coisas boas para a nossa comunidade. Vamos fazer mais reuniões, vamos trazer mais trabalho para dentro da nossa comunidade. Façamos o seguinte: não vamos ficar com poucas pessoas aqui dentro, por exemplo. Vamos comunicar à nossa comunidade em peso. Vamos trazer toda a comunidade para cá, porque ela também precisa ouvir os Deputados, precisa ouvir o que os senhores têm a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Ivan.

Quero convidar Miriam Alves, do Movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou será Morta.

Quero justificar a saída dos Deputados Zé Silva e Eros Biondini. Eles vão iniciar a audiência na Assembleia.

A SRA. MIRIAM ALVES - Boa tarde. Eu fiquei tanto tempo sentada ali que tive que fazer algumas anotações. Foi muito falado aqui de racismo, que é uma coisa estrutural. A negação dos nossos direitos básicos é o que tem exterminado a população negra como um todo, não apenas os jovens negros. Mas é importante mencionar também as mulheres e principalmente as mulheres jovens e negras, que



hoje estão morrendo vítimas, na maioria das vezes, ou de violência obstétrica, pela própria negligência no Sistema Único de Saúde, ou dessa questão polêmica, mas necessária de ser debatida, que é a legalização e a descriminalização do aborto.

A gente viu, pelos últimos Mapas do Encarceramento, que houve um aumento de mais de 120% de mulheres encarceradas e de 74% de homens entre 2005 e 2012. Então, houve um grande aumento, principalmente de jovens negros no sistema penal, mas, nos últimos 10 anos, houve o comprometimento do Estado brasileiro com o extermínio dessa população.

Então, o único comprometimento que eu vejo do Estado até o momento é com a questão do genocídio, que é um projeto político. Assim como Darcy Ribeiro diz que a crise na educação não é uma crise, é um projeto político, o genocídio da juventude também é um projeto político muito bem arquitetado, que vem desde o fim da escravidão, da dita abolição, até hoje, com as políticas de viés higienista, de encarceramento, que quer agora trancafiar os jovens. Nos últimos anos também tem havido um grande investimento nas penitenciárias de parceria público-privada neste Estado. Há o interesse de colocar mais pessoas ali dentro, para elas se tornarem mão de obra escrava. É isso que o Estado brasileiro tem feito.

Quero falar também de uma nova política para as drogas. Essa política tem que ser reformulada. Não adianta nada a gente falar de clínicas terapêuticas se a gente não está combatendo as drogas. O combate às drogas é o combate à população e não, realmente, às drogas. Deve-se pensar em uma nova política. Hoje se prende um jovem com 10 gramas de maconha como traficante. Um adolescente preso com 300 quilos é só um caso de desvio de caráter, nada demais; já o outro é traficante e tem que ser criminalizado.

A mesma coisa em relação aos estigmas. A penitenciária hoje é a escola do crime. Esse também é outro estigma. Se vou falar de escola do crime, tenho que ir ao Planalto Central, de onde realmente está saindo a escola do crime. (*Palmas.*)

Há vários casos de tortura, de violência, de extermínio, não só nas periferias, mas dentro do sistema carcerário. Está ali a Cacá, uma das mães cujo filho foi assassinado no CERESP — Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Gameleira. Ela vai falar mais sobre esse caso.



Em todo caso, esta CPI saiu. Não é possível que, nos últimos 30 anos, desde o fim da ditadura militar, as pessoas não percebam que os jovens negros estão morrendo. Só agora há essa percepção, justamente porque os movimentos foram para a rua. Os movimentos deram voz a isso. O movimento negro foi para a rua, deu o grito, e uma organização internacional, a OEA — Organização dos Estados Americanos, teve que cobrar do Estado brasileiro que ele investigasse os crimes que estão sendo cometidos aqui: só uma pressão externa para poder sair alguma coisa.

Com relação à questão da segurança pública, a gente não pode tratar apenas do caso do policial que bate principalmente na população negra, porque ele é treinado para isso. A gente tem que ver a forma como isso é estruturado. Dentro do Estado que se diz democrático, há uma polícia militar que tem resquícios da ditadura. Então, a gente não tem uma democracia, tem uma ditadura disfarçada de democracia. É isso que a gente está vivendo até hoje. Dentre esses vários casos da segurança, principalmente agora da segurança pública, a polícia está sendo usada novamente contra o povo.

Alguém citou que não se deu terra ao povo porque, depois do maior crime de lesa-humanidade, que foi a escravidão, ainda não fomos indenizados. Estamos vivendo esse resquício. Os senhores de engenho continuam com as suas terras, e a nós isso é negado, tanto que em Belo Horizonte há várias ocupações urbanas, e eu não estou vendo ninguém representar esses movimentos. Há diversas, milhares de ocupações. Inclusive houve extermínio dentro dessas ocupações por parte da Política Militar, o que deveria estar sendo relatado aqui, como foi o caso do Bahia na Ocupação Vitória. Após sofrer várias ameaças policiais, ele acabou sendo assassinado no início do mês de março.

Se a penitenciária hoje está lotada, é porque tem que ser feita uma reformulação em todo o sistema penal, em toda a segurança pública, e deve-se falar sobre as penas alternativas. Boa parte das pessoas que estão lá dentro, mais de 75% delas, deveria estar cumprindo penas alternativas em liberdade. Não há por que encarcerar essas pessoas. Elas só são encarceradas porque são pobres e negras. Trata-se de um projeto mesmo, porque o filho de Eike Batista está livre, após ter matado duas pessoas. Uma pessoa com 10 gramas de cocaína é pior do que uma pessoa que mata alguém.



Também não ouvi falar sobre os autos de resistência, o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012. Em Minas Gerais ainda há esse extermínio por parte da polícia. Cadê a campanha pelo fim dos autos de resistência e, da mesma forma, da violência contra a família das pessoas que estão sendo presas?

Eu havia falado, na outra CPI da Câmara, ao Secretário Nilmário Miranda sobre a questão das revistas vexatórias. Não estou vendo nenhuma campanha no Estado de Minas Gerais referente a esse crime que é cometido contra as mulheres. O Estado do Rio de Janeiro já avançou nesse quesito.

É necessário ainda que se crie uma comissão de apuração dos crimes dentro do sistema prisional. Apesar de ter saído o Mapa do Encarceramento, a gente não tem essa apuração de todos os crimes que são cometidos ali dentro.

Quanto à proposição, queremos o fortalecimento e o investimento nas políticas públicas para jovens. Não adianta nada a gente ficar dizendo que a juventude negra está morrendo, se não há investimentos nem equipamentos públicos, se não há investimento financeiro para que essas políticas ocorram. Então, é necessário que se faça o investimento em equipamentos públicos que atendam à juventude, que se garanta a participação da juventude, o direito à cidade, o acesso à justiça, o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, algo sobre o qual ninguém fala, ninguém comenta nada dentro das escolas.

Houve o caso absurdo na Câmara, onde uma pessoa pediu o fim da ideologia de gênero. Não sei qual ideologia de gênero a não ser a da cabeça dos Deputados que têm uma única ideologia de gênero: homem e mulher.

Nós mulheres jovens estamos sendo exterminadas também pelo feminicídio, e, se não houver desde cedo uma prevenção, uma educação que combata o machismo, vamos continuar morrendo; assim também no caso da homofobia.

Eu ouvi dizer aqui que a cultura da violência se dá quando o homossexual sofre homofobia e reage, quando alguma mulher sofre o feminicídio e reage ou alguém que é alvo do racismo sofre a violência e reage. Eu tenho uma frase que é a seguinte: não se pode confundir a reação da vítima com a violência do opressor. Jamais se pode confundir isso. Todo o mundo tem direito à reação e as pessoas não são obrigadas a ficarem caladas e a serem silenciadas por causa disso, não.



Outra coisa que eu queria falar é sobre a política de cotas a que o colega se referiu. Na verdade, o que temos hoje, desde que a lei foi sancionada em 2012, são subcotas, porque não estamos tendo as cotas em sua plenitude. Tanto que, se formos pegar pesquisas da UnB e a última que saiu do SISU na UFMG, no último vestibular entraram mais pessoas brancas e de classe média do que negras. O acesso dessas pessoas foi pouco, quase raro. Então, a gente se reconhece quando passa pela UFMG; a gente pode olhar para os lados e contar quantos negros realmente tem ali dentro. A gente está tendo uma política de subcotas que não é voltada para incluir os negros, é realmente para excluir. As pessoas hoje que estão sendo vítimas de violência, as pessoas que estão dentro do sistema carcerário nem concluíram o seu ensino fundamental.

Hoje eu estou fazendo parte de um projeto na Faculdade de Educação, coordenado por Anelise Silva, que é a Juventude Viva, na EJA — Educação de Jovens e Adultos. Tem que ser dada atenção especial a esses jovens, aos quais foi negado o direito à educação, que é um direito fundamental. A gente não pode negar esse direito a nenhum ser humano. Esse é um direito, não é um favor do Estado. Esperamos que o Estado cumpra esse direito, assim como todos os outros que são dever do Estado, e não termos que ficar implorando por eles.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Miriam.

A próxima a falar é Maria do Carmo, também mãe de vítima de violência.

Eu só quero dizer para Miriam que eu defendo mais do que a extinção dos autos de resistência. Isso não pode ser feito como ocorreu em São Paulo, que mudou o nome dos crimes cometidos por agentes de segurança pública. Eu sou a favor de que, na nova legislação, crimes cometidos por agentes de Estado sejam julgados prioritariamente. Depois de ler bem os autos de resistência, estou convencido de que não basta a extinção com a mudança de nomenclatura, mas sim a priorização, porque o Estado é o garantidor do direito e não o violador. Portanto, o agente de Estado deve ser julgado como fator prioritário no processo.

Com a palavra Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO - Boa tarde a todos. Eu hoje estou aqui por causa da morte do meu filho e represento algumas mães que conheci em janeiro de



2014 — daqui a pouco completa 1 ano e 5 meses. Essas mães não podem comparecer a estes eventos porque são escravizadas pelo emprego. Elas não saem porque, se saírem, perdem o emprego. Então, estou representando uma diretamente, porque ela tem esse problema no trabalho. O filho dela foi morto na mesma circunstância que o meu, dentro da cela de número 108, na Gameleira, que virou a cela do extermínio. Meu filho não era negro, meu filho era pobre e usuário de *crack*. E a sociedade não dá... Nas audiências a que compareci, por pouco o juiz não chorou comigo. O meu filho saiu dali condenado a 5 anos, 4 meses, 12 dias, multa e um monte de bobagem afora.

Eu estive em São Paulo em busca de ajuda, porque aqui percebi que as pessoas são praticamente obrigadas a se calar, porque se abrirem a boca vão morrer. Eu vou morrer em nome do meu filho. Meu filho vai ter uma história para ser contada, um livro para ser escrito e tudo a que tiver direito. Meu filho era usuário de drogas e buscava ajuda. Busquei ajuda em clínicas de tratamento. Ele entrou numa clínica de tratamento particular, de igreja, e, ao pedir um remédio para uma ferida na perna, porque ele ficava na rua, o funcionário lhe disse: “*Aqui não é spa*”. De lá ele saiu porque a porta estava aberta. Quando eu pedi a um juiz que me desse uma clínica onde ele pudesse ver o azul do céu, isso me foi negado.

Eu estive em São Paulo para buscar ajuda. Estou com as Mães de Maio em São Paulo, que é uma luta tremenda por trezentos e tantos jovens que foram mortos em 2006. Eu fui buscar ajuda lá. Participei de debate na Assembleia Legislativa, onde a primeira Mesa foi composta por pessoas que ditam regras, que fazem isso e fazem aquilo. No final das contas, sobraram talvez estudantes.

Isso para mim é muito novo. O que eu conheço está relacionado ao presídio, porque meu filho, desde os 17 anos, começou a frequentar a Fundação CASA, em São Paulo. Eu só conheço isso. Essa linguagem é muito distante da minha realidade. Eu conheço o presídio.

Fui buscar essa ajuda em São Paulo por quê? Porque eu não tinha apoio nenhum aqui. O que eu fiz? Fui à Assembleia Legislativa. Quando deram 2 horas da tarde, estavam as mães falando, e não havia um Parlamentar na sala, nem um sequer. Hoje eu vi aqui sair também pessoa representante não sei se da polícia, não



sei se Deputado, não sei quem é. Ele já saiu, e nós estamos aqui para falar para uma minoria. Graças a Deus está sobrando.

Outra coisa, fui ao Tribunal de Justiça, ao Palácio da Justiça, assisti a uma audiência pública referente a 30 gramas de maconha e 500 pinos de cocaína vazios. Quem devia estar sendo julgado? Provavelmente um negro. Um branco não estaria sendo julgado por 30 gramas de maconha.

Meu filho foi morto dentro da cela de número 108. E eu, como mãe, vi algumas falhas acontecerem com relação ao atendimento médico, ao atendimento psicológico. Fui chamada por uma psicóloga, e ela não estava ali para me dar colo, nem para ser minha amiga. Eu lhe disse que não me interessava a amizade dela, porque eu fui buscar lá outra coisa. Fiz uma denúncia à Corregedoria, e a resposta foi uma carta copiada, já feita no computador, que dizia assim: *“Não coadunamos com erros de funcionários”*. Mentira! Meu filho era usuário de droga dentro do sistema, saiu de lá para uma saída temporária devendo droga. Em 8 dias, provavelmente planejada essa prisão dele, ele foi levado ao CERESP da Gameleira. Um dia antes da sua saída, eu paguei uma advogada em Igarapé, e ela simplesmente me ameaçou: *“Eu não tenho medo de mãe de bandido”*. Começa por aí também. Eu não sei do que essa advogada é capaz. Eu fui denunciá-la, e ela me disse isso.

Em 14 de janeiro de 2014, data de aniversário do meu filho, eles arrumaram um plano bem diabólico, como quem diz: *“No dia do aniversário dele, ele se mata, escreve na camisa uma despedida para a família”*. Dessa camisa ainda não houve a grafotecnia. A Promotoria me disse que é difícil estabelecer se houve crime dentro do sistema prisional. E eu tenho que engolir o que a Promotora me diz. Eu passei o ano passado inteirinho levando documento para essa Promotoria. Este ano ela me diz: *“Se a letra do seu filho não bate”*. Eu não vou levar mais nada, porque quem tem que me provar quem matou meu filho é o Estado, não sou eu. E o meu filho foi exterminado sim. Ele não se suicidou. Ele não tinha essa característica de suicida. Ele foi um erro dentro desta sociedade por falta de quê? Eu sou mãe solteira, tive que tratar dele sozinha, tive que cuidar dele sozinha, ele não quis mais estudar. Eu tive que parar no tempo com ele e por aí. Eu não aceito meu filho como suicida. Eu vou às últimas consequências, se preciso for, ou me calem a boca, porque, se me



calarem... Eu pedi à Promotora: devolvam o meu filho vivo que eu deixo de acusar o Estado. Se meu filho foi um suicida, ele não está mais aqui para falar, só se eu for a Chico Xavier e trazer uma carta psicografada, o que vou fazer. Se meu filho não fala mais, ele é um suicida. Se meu filho não tem mais o direito de fala, para o Estado ele é um suicida.

Durante os primeiros meses, eu fiquei entre uma delegacia e outra como conflito de competência. Os delegados não sabem o que é suicídio nem o que é homicídio. Tenho aqui que os peritos estiveram no local do crime, houve mudança na cena do crime. Percebe-se exatamente o que acontece lá dentro. E o Estado desconhece. O meu filho é o primeiro caso no Estado a ser morto dentro da cela, com três presos juntos, e os agentes não viram. A droga entra lá não é por mim, não. Quantas vezes mães saíram presas de lá porque estavam levando drogas. Talvez aquela que coaduna com o agente, aquela que está de parceria com o agente entra, mas as outras que tentam lá não entram.

Então, meu filho foi encontrado nessas circunstâncias dentro do CERESP da Gameleira. Hoje eu carrego meu filho dentro de uma mala. Meu filho, hoje, é um monte de papel.

Aqui existe um agente saindo da cela, e, um mês depois, eu pude perceber duas fotos em preto e branco: uma foto está assim, e a seguinte está assim, e aí ninguém quer me responder. É simples. O Tiago morreu. Suicidou-se. E o que eu vou fazer? Vou chorar? Eu enterrei um cachorrinho de estimação, uma minhoca? E aí vai. Eu não sei até quando eu vou aguentar, mas eu preciso de uma resposta urgente do Estado, porque eu já não aguento mais tentar provar nada para ninguém.

A última da Promotora agora é que eu tenho que levar uma carta anterior às que eu deixei com ela, sendo que a escrita do meu filho aos 17 anos é a mesma do auto de prisão em flagrante há 1 ano. Ele não mudou a assinatura dele, e eu vou ter que provar para o Estado que o que está escrito aqui é letra do meu filho? E não é, porque o que eu pude ver na camisa, na foto, é que a letra está muito diferente, mas é meu olho que está enxergando. A grafotecnica está até agora paralisada dentro do fórum, no arquivo, e a Doutora, simplesmente: *“Vou arquivar o caso, porque não há culpados.”* Existe um culpado, sim, lá dentro. Se não foram os presos, porque todos os três estavam dormindo, foi o Estado.



Então, senhores, eu peço uma resposta do Estado o mais rápido possível, porque eu já estou à base de medicamentos e eu já disse à minha psicóloga: eu não vou ficar dopada para poder ficar no sistema de aceitação. A Cláudia, lá do Barreiro, enterrou o filho com o caixão lacrado, e até hoje não sabe o que aconteceu. Foram 3 dias até que falaram para ela que o filho estava morto no IML. O meu foi levado — a Alterosa esteve lá —, eu não fiquei sabendo, eu fui saber já quase às 8 horas da manhã, quando eles já tinham esquartejado o meu filho dentro do IML para comprovar do que ele tinha morrido, sendo que foi por compressão cervical.

Então, eu agradeço, porque daqui a pouco eu já não aguento mais falar, e não quero tomar mais tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Maria do Carmo.

Deixe o número do processo com a Relatora, ou com o pessoal das notas taquigráficas. Eu quero solicitar informações pela CPI.

Agora com a palavra a Sra. Amália Coelho de Souza, do Fórum Popular da Juventude.

A SRA. AMÁLIA COELHO DE SOUZA - Boa tarde para todo mundo que está aqui. Na verdade, eu vim representando o Fórum. Quem tem que falar são os sujeitos de fala mesmo: as mães que perderam os seus filhos, os irmãos que perderam os seus irmãos e os filhos que perderam os seus pais e mães e que perdem todo dia. E existe culpado, sim, e a gente sabe quem é o culpado: o culpado é o Estado, que elimina sistematicamente a população negra deste País.

Eu não vim aqui para desvalorizar o trabalho de ninguém. Eu também sou trabalhadora e não desvalorizo o trabalho de ninguém. Reconheço o esforço dos senhores e das senhoras, porque um trabalho como esse... O meu lugar é na base, e não consigo me imaginar fazendo um trabalho como o dos senhores. Mas, mesmo assim, eu gostaria de colocar algumas coisas que aconteceram nesta CPI que, para mim, são gravíssimas.

Na verdade, são coisas feitas em qualquer instância de consulta à população. Eu trabalho no contexto da mineração, e sei muito bem como é que funcionam as coisas aqui no Brasil, como é que funcionam as votações, como funcionam as audiências públicas.



Eu gostaria de saber, de perguntar aqui para quem é que está me vendo — eu queria que entrasse na Relatoria — se alguém aqui sabe explicar em três frases o que é uma diligência.

A senhora sabe explicar em três frases? Ninguém pode falar para mim o que é uma diligência em três frases? Alguém? Isso é sério, porque quero que entre para a Relatoria. Ninguém quer explicar?

A diligência era para escutar a sociedade civil. A sociedade civil não está aqui não porque não tem consciência política, mas porque ela não foi convidada. O dirigente do CRAS ficou sabendo com a antecedência de 1 semana que ia acontecer a diligência. Mas os senhores estão nos seus horários de trabalho. Por isso esta diligência é neste horário da manhã. Os trabalhadores, para virem aqui, têm que se organizar. Eles têm que pedir para o patrão que possam cumprir seu dever de cidadão. As mães queriam estar aqui, os irmãos queriam estar aqui. Não tenho sombra de dúvida. Se eles não estão, não é porque não têm consciência política, é porque eles não foram convidados.

Então, eu queria perguntar aos senhores, com toda a sinceridade, se os senhores acham que esta diligência é legítima. Cadê a representação da sociedade civil? Quem é da comunidade poderia levantar a mão, fazendo um favor? *(Pausa.)* E quem está aqui durante horário de trabalho? *(Pausa.)* Quem está aqui pela Assembleia Legislativa? *(Pausa.)*

É muito complicado. Existe a 6ª Câmara do Ministério Público, mas a instância de diligência é para escutar a sociedade civil — para escutar a sociedade civil. Então, não digam para mim que os senhores estão escutando a sociedade civil. É simbólico? É. É importante? É. Mas a gente tem que garantir o respeito aos movimentos sociais que combatem o genocídio.

Como disse o moço que falou aqui, várias pessoas poderiam dar aula sobre genocídio. A Miriam é do Reaja ou Será Morto de Minas, que não foi convidado para a Mesa. É um movimento do Brasil inteiro — inclusive ele está sendo criminalizado em Salvador — que não foi convidado para falar de genocídio.

Então, não façam isso, por favor. Não riam da cara da sociedade civil. Essa mãe perdeu o filho e, assim como ela, várias mães aqui da comunidade gostariam



de estar aqui e não foram convidadas. Não foi garantida a participação dessas pessoas. Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Amália.

Primeiro, quero dizer que, como Presidente, tenho disposição para voltar aqui à noite. Podem marcar porque eu venho. Faço questão de vir na hora que quiserem.

Segundo, nós estamos tentando uma combinação. Eu concordo com você, Amália: o Parlamento precisa mudar. Mudar em que sentido? Ele poderia apresentar algumas proposições pela sua representação indireta, mas isso é muito pouco. Ele precisa combinar com a participação direta das pessoas.

O que nós buscamos? Num País continental como o nosso, é legítimo haver representação indireta, mas essa representação indireta não pode substituir a sociedade. Ela não pode, não deve e não tem legitimidade para tanto. Então, nós estamos buscando, no trabalho da CPI, não ficar só dentro das Assembleias, longe. Temos buscado ir a algumas comunidades.

É evidente que nunca vamos acertar o melhor horário, nunca vamos ter a melhor comunicação. Porém, eu garanto a você que não vai haver nenhuma CPI que tenha ouvido mais gente do que nós: esta CPI, em 70 dias, já fez 25 audiências, e, no término dela, nós vamos ter ouvido mais de mil pessoas da sociedade civil organizada.

A sociedade fala também pelos seus movimentos, e nós entendemos que esta CPI é fruto da luta histórica de 30 anos do Movimento Negro Unificado. Eu, pessoalmente, tenho o entendimento de que há genocídio. Se depender da minha opinião, do meu voto, eu conluo a CPI por genocídio, não só pelas mortes físicas, mas, em especial, pela morte simbólica provocada pelo Estado brasileiro, que se ausentou de políticas para negros por mais de 500 anos da nossa história.

Portanto, peço desculpas, mas é evidentemente quase impossível ouvir a todos. Espero que, no geral, nós tenhamos ouvido aqueles que tiveram condição de participar. Se você quiser, estarei à disposição para o dia escolher. Estarei aqui à noite, com o maior prazer, para ouvir a todos.

Com a palavra a Priscila Tomás.

A SRA. PRISCILA TOMÁS - Boa tarde a todos. Eu quero, primeiramente, trazer a memória da D. Valdete, uma pessoa muito importante para a comunidade.



As meninas representaram-me em algumas falas, e eu vou começar, então, pelo reverso. Eu vou começar falando sobre a metodologia. A metodologia utilizada hoje particularmente não me atende. Por quê? A comunidade em si fala por último, no momento em que a maioria já foi embora — não há quase ninguém aqui mais. Alguns Deputados já foram embora, outras pessoas já foram embora, e nós da comunidade sofremos na pele, dia a dia, tudo isso. Então, eu acho mais legítimo a gente começar falando, e depois falar a Mesa.

A Mesa precisa, sim, ter mais composições da comunidade do que do Estado falando para a gente, porque, na comunidade que estive aí falando para a gente, não vimos nenhum jovem. Dizer os jovens da comunidade não estão participando... Na Escola Coração Eucarístico já estão discutindo com os meninos a questão da redução da maioridade penal, e nós não temos acesso a esses jovens. Inclusive, há uma ali, a Katylin, que faz parte dessa discussão, e eles não estavam aqui. Por quê? Não existe um transporte para trazer os meninos até aqui, mas há um transporte que traz os Deputados. Não estou dizendo que não tenham que vir, mas estou dizendo também que a gente precisa repensar o nosso lugar. É muito cômodo chegar aqui e falar e não ouvir quem precisa mesmo ser ouvido, ou que precisa falar.

Sobre a questão do horário, a Amália já falou — muito obrigada por ter me representado nessa fala. Um representante da Mesa dizer que a comunidade não tem consciência política — alto lá! Consciência política nós temos todos os dias, desde quando a gente se levanta e sabe que corre o risco de não voltar para casa, porque aqui o buraco é mais embaixo. Não estou falando de violência, mas de tudo o que a gente sofre na rua, no centro, por ser mulher, por ser negra, por ser moradora de periferia. Essas coisas a gente enfrenta todos os dias. As mulheres daqui — os homens também, trabalhadores — saem às 6 horas da manhã para pegar no serviço às 8 horas. Então, como é que eles vão estar aqui às 9 horas, sendo que o desconto do salário, na segunda-feira, é maior do que o da terça? Como o evento está sendo numa segunda-feira, e se ele faltar, serão 38 reais de desconto. Quando ele não vai, são 38 de desconto; quando ele vai, pagam a ele 21 reais — uma coisa muito sem nexo, não é? Então, é preciso repensar os outros lugares e sair um pouco do lugar cômodo para sentir realmente na pele o que a gente está sentindo aqui.



A gente aqui perdeu muito o foco em relação à discussão: houve muitas falas da Mesa, o tempo inteiro, muita gente. Os senhores me desculpem, mas não é necessário uma Mesa com 20 pessoas, sendo que cinco vão falar. Foram assuntos repetitivos, muito repetitivos, o que cansa a galera, e ela vai embora mesmo — desculpem-me, mas vai embora mesmo.

A gente tem que começar a ter focos nas nossas ações, saber para quem a gente está falando e com quem a gente quer falar. Se for a gente falando para a gente mesmo, a gente não precisa mais falar, porque a gente tá careca de saber. *(Palmas.)*

Que realmente se traga a galera que tem que vir mesmo, e que não sejam só os representantes que estão vindo aqui no horário comercial, não, porque horário comercial também não representa a comunidade. Não existe mãe e nem pai dentro de casa agora, e os moleques estão na escola — eles têm que ganhar o pão.

Enfim, eu acho que é só isso. Eu queria que se pensasse na metodologia, no horário e em quem a gente quer atingir, porque essa metodologia não está atingindo a comunidade, e eu sou comunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo é o Rodrigo Marzano. Está presente? *(Pausa.)*

O Marcelo Nepomuceno, morador da comunidade, está presente? *(Pausa.)*

Muito bem. Quero dizer que eu acato as sugestões. Estava conversando com o Deputado Luiz Couto, que vai organizar a diligência à Paraíba. Talvez seja melhor marcar a diligência à noite. Vamos inverter a pauta das diligências. Vamos organizar nas assembleias durante o dia, mais para lideranças e movimentos, e buscar fazer as diligências à noite, nas comunidades, para ampliar a participação especial dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não é período da escolar regular, e isso pode liberar as mães. Elas não fazem nessa hora as várias tarefas pelas quais as mulheres hoje são responsáveis.

Quero também dizer que temos aqui os nossos profissionais — assessores da CPI, taquígrafos —, e todas as falas serão depois incluídas nos relatórios.

Por fim, estamos trabalhando com a perspectiva de, antes da conclusão da CPI, submeter os documentos a todos os movimentos organizados. É muito difícil submetê-los ao domínio de toda a sociedade brasileira — deveria ser assim, mas



não vamos nos iludir, porque é impossível. Pelo menos a todos os movimentos organizados nós queremos submeter todos os documentos conclusivos da CPI, para uma apreciação prévia.

Eu já presidi quase que uma dezena de comissões especiais: a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude — da qual saiu o Estatuto e a respectiva PEC — fui eu quem criou; presidi a Comissão Especial de Política sobre Drogas e a Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio. Sempre busquei ouvir a sociedade, entregar para a sociedade a sua participação, o seu olhar crítico. Contudo, quero dizer a vocês que em toda Comissão, até que se apresente o pré-projeto, o debate é genérico, o foco é disperso. Não se consegue orientar, não há censura: as pessoas falam livremente: umas são mais precisas e se mantêm dentro do tema, outras ficam um pouco fora dele.

Acredito que, numa segunda rodada — eu tenho conversado com os Deputados —, os produtos apresentados serão frutos de novas comissões. Por exemplo, uma emenda à Constituição requer uma nova comissão especial. Então, a sociedade novamente será convocada a dar o seu olhar sobre se a polícia deve ser unificada, se deve ser integrada, se deve ser única, se deve ser desmilitarizada. Tudo isso vai permitir um debate real a partir de um projeto já em tramitação, que será uma PEC. Então, é evidente que nós vamos voltar aqui.

Nós estamos criando, nos *sites* da Câmara — e-Democracia, Fórum de Debates —, espaços onde as pessoas possam participar, dar sugestões. Estamos fazendo um esforço enorme, numa democracia que é indireta, para ampliar espaços para a participação direta. Não é simples. É fácil de falar, mas difícil de organizar. Mas essa é a nossa intenção.

Depois, vamos apresentar um plano de metas, um plano decenal, nacional, para enfrentar os homicídios, com ações preventivas, tentando dar um caráter de Estado ao Juventude Viva, que não saiu do papel. Teve um papel de diagnóstico, mas parou no diagnóstico. Nós temos que transformar isso num conjunto de metas. São 11 Ministérios. Para quê? Para alterar as condições da juventude negra e pobre, da juventude que está viva. É evidente que nós temos que ter uma ação objetiva para garantir que ela viva, para romper essa morte simbólica que o Estado impõe diariamente à nossa juventude negra, há mais de 400 anos.



Nesse sentido, nós vamos criar uma comissão especial sobre esse plano nacional, e a sociedade vai ter todo um método e poderá criticar, sugerir, ampliar, ousar mais no que diz respeito ao plano.

Por que estou dizendo isso? A intenção — a Relatora está aqui, eu sou o Presidente — é o encaminhamento. Nós vamos discutir ouvidoria independente, IML independente, perícia independente e autônoma, porque a sociedade não confia na perícia. Vamos apresentar esse conjunto de propostas em tempo. Nós, evidentemente, queremos olhar para o passado, sim, fazer alguns deslocamentos de competência de casos emblemáticos não solucionados, como o caso das mães daqui e vários outros casos. Nós queremos combinar com o Procurador da República. Há casos que têm mais de 10, 20, 30 anos e não foram elucidados, porque a Justiça brasileira prioriza crimes contra o patrimônio, prende usuários de drogas e não os traficantes. Oitenta por cento da população carcerária é de criminosos contra o patrimônio e de usuários de drogas; criminosos contra a vida são 12%, como mostra o Mapa da Violência. Os casos de elucidação de homicídios chegam a 3% no Brasil. Nós queremos redesenhar esse modelo de policiamento, redesenhar o modelo da Justiça Criminal no País. Tudo isso são tarefas que estão colocadas para a CPI. E é evidente que isso vai muito na direção do que cada companheiro e companheira disse aqui na CPI.

Nós queremos escrever a história dos novos desaparecidos no processo democrático, que são milhões. Na verdade, equivalem a um Uruguai: 2,5 milhões de pessoas, de 1980 a 2014, foram assassinadas ou mortas na guerra do trânsito das cidades, que não priorizou o ser humano, priorizou só os veículos. Negros e pobres trabalham como motofretistas, mototaxistas. Antes eram brancos; hoje são negros e pobres. E houve mais de 200 suicídios. Então, são 2,5 milhões. Nós queremos que o Estado compreenda que virou uma máquina da morte.

Vamos discutir a reparação dos danos, seja psicologicamente, seja financeiramente, embora saibamos que a dor é imensurável. As mulheres são vítimas duplamente, porque perdem o filho querido, perdem o neto querido, perdem o marido, o companheiro. E o Estado não se faz presente, não repara danos, repetindo o círculo da pobreza. O jovem abandonado pelo Estado depois acaba sendo preso, porque o sistema de segurança pública escolhe quem vai ser preso.



Quando esse jovem não é assassinado, é preso, porque a abordagem é seletiva, e os crimes também, e a população carcerária é provisória, culpada de crime contra o patrimônio ou por uso de drogas. Então, ela é escolhida de maneira seletiva, escolhida pela cor da pele, composta dos negros e os pobres do Brasil. Por duas vezes é atacada a nossa população jovem.

Nós sabemos o tamanho da tarefa, do desafio, e é evidente que nós não temos o Congresso dos sonhos — o Deputado Nilmário Miranda falou muito bem sobre isso. Essa é uma concepção que nós temos, eu, a Deputada Rosângela, Relatora, o Deputado Luiz Couto e vários outros Deputados. Majoritariamente, nós vamos dar conta de responder — não é, Deputado Luiz Couto? —, na CPI, às demandas do movimento negro, da juventude pobre deste País, do nosso povo. Nós vamos dar conta de responder.

Contudo, para transformar algo em legislação, nós vamos precisar da sociedade, porque, se na CPI nós vamos ter força, no Congresso estamos em desvantagem de representação. Evidentemente é um documento muito forte, um relatório que tem a coragem de dizer que no Brasil existe genocídio, de propor planos de metas de redução, de propor políticas afirmativas em todas as áreas, de propor — ouviu, Larissa? — um fundo para a política afirmativa, ousando nas políticas de quotas.

Vocês podem ter certeza de que nós vamos cumprir essa missão em nome de quem luta há 30 anos e denuncia essa mortalidade no Brasil.

Vou encerrar a audiência, porque agora vamos à Assembleia. Acho importante a *TV Câmara* ter visibilidade. Queremos convocar o Deputado Cristiano, que vai trabalhar na Assembleia Legislativa para criar uma comissão de estudo. Esse debate vai se replicar aqui. Ele vai acompanhar o trabalho em Brasília e também promover um grande debate neste Estado que é quase um país, um continente. Ele vai apresentar suas metas para o Estado de Minas Gerais, porque aqui matam 48 para cada 100 mil. É muito, é um absurdo, é uma guerra civil! O Deputado Cristiano está nessa liderança, e a audiência na Assembleia é importante para mobilizar e dar visibilidade ao tema.

Do Deputado Nilmário Miranda não preciso falar: vocês o conhecem. É um homem por dentro do Governo que, com certeza, vai levar o olhar da cidadania, o



olhar de uma política de segurança democrática, não seletiva, que busque garantir direitos à população, em especial aos jovens pobres. Tenho certeza de que o Deputado Nilmário está no Governo cumprindo essa missão.

Agradeço a todos e os convoco a estarem, daqui a pouco, às 14 horas, na Assembleia Legislativa.

Declaro encerrados os trabalhos, antes agradecendo, do fundo do coração, à Presidente do CIAME Flamengo, à Sra. Ismare Vieira da Silva Teixeira de Carvalho, por ter aberto as portas da sua casa e nos acolhido a todos aqui.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus.